

Universidade de Évora - Escola de Ciências Sociais

Mestrado em Arqueologia

Dissertação

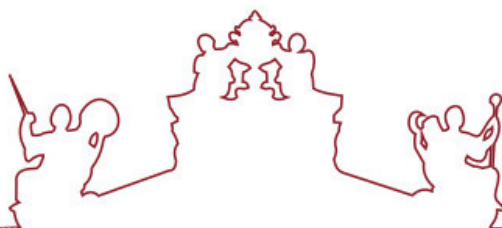
**Um novo olhar sobre a Capela do Tesouro, no Santuário do
Senhor dos Mártires (Alcácer do Sal)**

Ana Rita Farias Balona

Orientador(es) | Susana Gómez Martínez

Évora 2025





Universidade de Évora - Escola de Ciências Sociais

Mestrado em Arqueologia

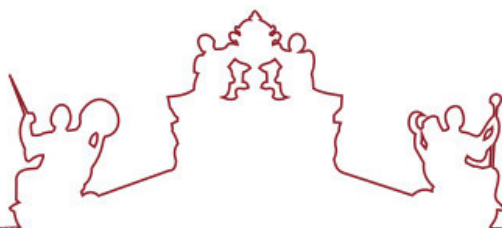
Dissertação

**Um novo olhar sobre a Capela do Tesouro, no Santuário do
Senhor dos Mártires (Alcácer do Sal)**

Ana Rita Farias Balona

Orientador(es) | Susana Gómez Martínez

Évora 2025



A dissertação foi objeto de apreciação e discussão pública pelo seguinte júri nomeado pelo Diretor da Escola de Ciências Sociais:

Presidente | N. J. Almeida (Universidade de Évora)

Vogais | Isabel Cristina Fernandes () (Arguente)
Susana Gómez Martínez (Universidade de Évora) (Orientador)

Agradecimentos

Uma tese de mestrado é uma componente essencial na formação académica de um aluno, e a sua importância vai muito além de ser apenas uma exigência para a conclusão de um curso. Ela desempenha várias funções fundamentais no desenvolvimento intelectual e profissional do estudante e o processo aprimora a capacidade de pensar de forma mais independente e crítica. Foi tudo isto que me levou, nesta fase da minha vida, a seguir em frente com esta missão.

Durante estes últimos tempos, muitas pessoas contribuíram para a realização deste trabalho, às quais devo muito e aqui gostaria de expressar a minha gratidão.

Primeiramente, agradeço à minha orientadora, Doutora Susana Gómez Martínez, pela imediata disponibilidade, pela orientação e paciência ao longo de toda a pesquisa. As suas valiosas contribuições e conselhos foram fundamentais para a construção deste trabalho.

Gostaria de agradecer também aos meus colegas de trabalho e amigos, tais como Marisol Ferreira, Maria João Santos, Sr. José Massano (sem ele esta escavação não tinha acontecido), Patrícia Magalhães, Sónia Bombico, André Carneiro, Flávio Biscaia e Liliana Carvalho, pelo apoio, pelas discussões e pela amizade que tornaram desta jornada mais leve e enriquecedora. Queria também deixar um agradecimento especial ao meu colega e amigo Fernando Jerónimo, que foi o meu braço direito, incansável com a sua entrega para me ajudar em tudo o que envolveu este trabalho, sem ele tudo seria mais difícil. Um agradecimento especial também à Dona Pureza pela amabilidade nesta fase da minha vida.

Agradeço também às grandes investigadoras, Doutora Maria Teresa Lopes Pereira e Dra. Isabel Cristina Fernandes, que generosamente cederam tempo e conhecimento para que este trabalho fosse possível. Sem a colaboração de todos, não seria possível alcançar os resultados aqui apresentados.

Por fim, à minha família, que sempre esteve ao meu lado e merece o meu agradecimento mais profundo. Aos meus pais, José Balona e Maria Helena, que sempre acreditaram em mim e me incentivaram a seguir os meus sonhos, a eles sou eternamente grata. À minha filha Inês, que eu seja um exemplo de inspiração para ti.

Um novo olhar sobre a Capela do Tesouro, no Santuário do Senhor dos Mártires (Alcácer do Sal)

Resumo: A conquista cristã do território português na Idade Média contou com o apoio essencial das Ordens Militares, como a Ordem de Santiago, em determinados períodos sediada em Alcácer do Sal, que ajudou a estabilizar a fronteira sul com os muçulmanos. A escavação da Capela do Tesouro do Santuário do Senhor dos Mártires (séculos XII-XVI) revelou um contexto funerário selecionado. O ritual, o espólio e os vestígios paleopatológicos confirmam que a capela foi usada como local de inumação de cavaleiros possivelmente ligados às tomadas de Alcácer (1160 e 1217) e de altos membros da Ordem de Santiago, funcionando como um panteão. Descobriram-se também fundações de um edifício religioso anterior, o que reforça a continuidade da sacralidade do local, como acontece noutros espaços cristãos. As escavações forneceram dados relevantes para a compreensão da história de Alcácer, da Ordem de Santiago, dos cavaleiros medievais e dos primórdios da história de Portugal.

Palavras-chave: Arqueologia medieval; ordens militares; história militar; arqueologia funerária; práticas funerárias

A new perspective on the Treasure Chapel, in the Sanctuary of Senhor dos Mártires (Alcácer do Sal)

Abstract: The Christian conquest of Portuguese territory during the Middle Ages relied heavily on the essential support of the Military Orders, such as the Order of Santiago, based in Alcácer do Sal during certain periods, which helped stabilize the southern frontier against the Muslims. The excavation of the Treasure Chapel in the Sanctuary of Senhor dos Mártires (12th–16th centuries) revealed a selected funerary context. The burial rituals, grave goods, and paleopathological evidence confirm that the chapel was used as a burial site for knights possibly linked to the conquests of Alcácer (1160 and 1217) and for high-ranking members of the Order of Santiago, functioning as a pantheon. Foundations of an earlier religious building were also discovered, reinforcing the continuity of the site's sacred nature, as seen in other Christian religious locations. These excavations provided valuable insights into the history of Alcácer, the Order of Santiago, medieval knights, and the early history of Portugal.

Keywords: Medieval Archaeology; military Orders; military History; funerary archaeology; funeral practices

Índice

1 - Introdução	1
1.1 - Estrutura do trabalho	3
2 - Contexto Histórico	5
2.1 - Contexto Histórico do Santuário Sr. dos Mártires	10
2.2 - Trabalhos anteriores	13
2.3 - Capela do Tesouro	16
3 - A escavação arqueológica: resultados	18
3.1 - O Enterramento 2	30
3.1.1 - O ritual das moedas	31
3.2 - Enterramento 19: o cavaleiro das esporas douradas	39
3.3 - Memória dos mártires	54
4 - Considerações finais	64
5 - Bibliografia	68
6 - Anexos	78

1. Introdução

Alcácer do Sal, com as suas ruas de pedras e paisagens que se estendem sobre o rio Sado, é um dos locais mais ricos em História e Arqueologia de Portugal. A cidade testemunhou inúmeras transformações ao longo dos séculos, sendo palco de eventos que moldaram a história do país. Desde a presença fenícia à ocupação romana, passando pela influência muçulmana, até a reconquista cristã, Alcácer do Sal carrega nas suas veias a diversidade cultural e o entrelaçar de civilizações que marcaram profundamente a sua identidade¹.

A sua história não se limita apenas aos grandes acontecimentos. Cada edifício, cada esquina, cada monumento fala de vidas, de conquistas e também de dificuldades enfrentadas ao longo do tempo. O Castelo de Alcácer, com as suas muralhas que perduram no tempo, é um símbolo de resistência e preservação do passado que ainda ecoa no presente². A cidade, com o seu património arquitetónico e arqueológico, oferece um convite constante a viajar pelo tempo e a descobrir as raízes e os segredos que guarda em cada lugar.

Alcácer do Sal é também um testemunho da relação harmoniosa entre o Homem e o Ambiente. A importância do rio Sado, que sempre foi vital para a economia e a vida da cidade, é algo que reflete a conexão profunda entre o passado e o presente. A sua história é uma lição de resiliência, de adaptação e de contínua reinvenção (Fig. 1).

O Santuário do Senhor dos Mártires, tema de estudo desta dissertação, é um monumento ilustrativo da sucessão desses períodos históricos na cidade de Alcácer do Sal. As primeiras referências à sua forma primitiva surgem em documentos datados do século XIII, pouco tempo depois da reconquista definitiva da localidade ocorrida em 1217. A Capela do Tesouro, em termos documentais, a mais antiga do complexo religioso, terá sido fundada pela Ordem de Santiago, com uma função primordialmente funerária, de modo a receber os cavaleiros da Ordem após a sua morte. Mais tarde formaria, junto com a Capela dos Mestres e Capela Maria de Resende, um conjunto de capelas-panteão,

¹ Sobre a evolução histórica de Alcácer existem muitas obras de síntese. A título de exemplo: Alcácer do Sal ao Tempo dos Romanos (Faria, 2002: 27-40) e Alcácer do Sal na Idade Média (Pereira, 2007: 31-53).

² Ver obra A Presença islâmica em al-Qasr (Alcácer do Sal) - o território e o sistema defensivo (Leitão, 2017: 42-83).

destinadas aos altos dirigentes da Ordem, numa primeira fase, e aos seus principais doadores, em época mais tardia (Fig. 2).



Fig. 1 – Localização da cidade de Alcácer do Sal na Península Ibérica

Em 2022, o abatimento do piso da Capela do Tesouro resultou na formação de dois buracos no pavimento, o que tornou necessária a sua remoção e a posterior escavação do espaço. A causa principal deste colapso foi a infiltração de água proveniente do repuxo do jardim, que permitiu o crescimento de raízes de grandes dimensões sob o edifício. Essas raízes provocaram alterações significativas no subsolo, comprometendo a estabilidade estrutural e levando ao colapso do pavimento da capela. Durante a escavação arqueológica foi possível aceder, pela primeira vez, ao contexto funerário presente na capela o qual datamos do séc. XII ao XVI. Nesta dissertação, pretende-se dar a conhecer os resultados preliminares e inéditos da intervenção arqueológica tanto na dimensão da arqueologia de campo (utilização do espaço, cronologia e faseamento, espólio) como das práticas funerárias. Não pretende ser um mero relatório arqueológico, pelo que estão ausentes na dissertação contextos e pormenores estratigráficos menos significativos e com pouca relevância, pelo comum e amplamente conhecido, no que diz respeito às práticas funerárias da época.

Embora o período da conquista cristã do território hoje português esteja historicamente bem documentado, o *modus vivendi* e o *modus mortis* dos atores dessas contendas e posterior estabilização territorial são pouco estudados. Desconhecem-se até ao momento trabalhos arqueológicos de escavação de contextos de panteão de Ordens Militares, sendo, portanto, difícil a interpretação de alguns dados sem a ajuda de paralelismos.

A escavação da Capela do Tesouro trouxe ao conhecimento científico novos dados sobre o uso funerário do Santuário do Senhor dos Mártires, assim como informações sobre as práticas funerárias das Ordens Militares ativas na época da conquista medieval cristã.



Fig. 2 – Foto geral do Santuário do Senhor dos Mártires (autoria: Câmara Municipal de Alcácer do Sal)

1.1 – Estrutura do trabalho

Este trabalho estrutura-se em seis partes fundamentais. Na primeira, procede-se a uma contextualização histórica do período em estudo, centrado na cidade de Alcácer do Sal, e a uma análise do Santuário do Senhor dos Mártires e das suas capelas anexas, com particular enfoque na Capela do Tesouro, local onde foram realizadas as intervenções arqueológicas que constituem o centro desta dissertação.

Em seguida, apresenta-se uma síntese da intervenção arqueológica realizada no interior e no exterior da Capela do Tesouro, detalhando a metodologia empregue e os principais resultados obtidos. Desta escavação resultou a identificação de uma necrópole que revelou práticas funerárias até então desconhecidas para o período em análise, ampliando o entendimento sobre o contexto histórico-religioso de Alcácer do Sal.

A descoberta desta necrópole proporcionou novos dados e casos de estudo, dos quais se destacou particularmente o Enterramento 2. O seu carácter excecional e singularidade motivaram a criação de um capítulo dedicado especificamente a este caso, que trouxe contributos inovadores para a compreensão das práticas funerárias e da mentalidade religiosa das Ordens Militares medievais. O estudo centra-se nomeadamente no ritual das moedas, analisando as diversas teorias propostas para a identificação e interpretação deste contexto funerário.

O capítulo seguinte dedica-se à análise do Enterramento 19, um caso de estudo particularmente relevante. Trata-se de um indivíduo identificado como cavaleiro que apresenta implicações significativas para a reinterpretação da história do edifício. A presença excecional de um par de esporas *in situ* como espólio votivo, conjugada com os resultados da datação por Carbono 14, constitui este contexto funerário como um caso paradigmático. Esta descoberta vem reacender o debate historiográfico sobre as conquistas cristãs de Alcácer do Sal durante os séculos XII e XIII, oferecendo novas perspetivas para a compreensão deste período crucial.

No seguinte capítulo, é mencionada a identificação de uma estrutura arquitetónica subjacente às fundações da Capela do Tesouro, correspondente a um edifício de cronologia anterior. A descoberta, de carácter inédito, revela particularidades formais e espaciais que sugerem a possível existência de uma basílica paleocristã no local, reforçando o fenómeno da sacralidade do espaço, característico de muitos espaços religiosos de origem cristã. Esta identificação não só confirma a relevância histórico-religiosa do sítio, como também oferece uma nova perspetiva sobre a escolha deste espaço pela Ordem de Santiago para o uso de necrópole, enquadrando-se numa tradição cristã de longa duração.

Na secção final, apresentam-se as conclusões obtidas da investigação, sintetizando os contributos científicos deste estudo. A intervenção arqueológica na Capela do Tesouro permitiu então revelar dados inéditos sobre a ocupação funerária do Santuário do Senhor

dos Mártires e as práticas rituais das Ordens Militares durante o período da Reconquista Cristã.

2- Contexto Histórico

Localizada estrategicamente, Alcácer do Sal foi palco de intensos conflitos e trocas culturais entre muçulmanos e cristãos, refletindo a dinâmica mais ampla da Reconquista Cristã. A região, sob o domínio muçulmano desde o século VIII, foi um importante centro político e militar, onde a presença islâmica deixou marcas profundas na arquitetura, cultura e organização social. Também a localização estratégica do rio Sado, com a sua boa navegabilidade e estuário voltado para o Atlântico, consolidou a vocação portuária da povoação. Esses fatores explicam por que ela foi escolhida como sede de diferentes governantes entre os séculos IX e XIII.

Alcácer constituiu-se um centro nuclear do domínio muçulmano no final do século IX. O castelo, erguido pelo clã berbere dos *Banu Danis*, passou a ser conhecido como *Al-Qasr Abi Danis* e tornou-se o centro do seu poder. A região de Setúbal e o estuário do Sado eram retratados nas crônicas medievais pela sua riqueza: pesca abundante, florestas densas e até âmbar cinzento, além de um porto natural seguro para embarcações de guerra e comércio. Alcácer, pela sua posição privilegiada (próxima do mar, mas resguardada pelo interior), destacou-se de tal forma que o poderoso governador *al-Mansur* ali mandou construir um estaleiro naval, o único que servia a costa atlântica ocidental do *al-Andalus* (Fernandes, 2020).

É no século XII que D. Afonso Henriques, após algumas tentativas, conquista a vila pela primeira vez aos muçulmanos (Mattoso, 2021: 269-284). Muita informação sobre esta conquista continua obscura devido à falta de documentação, mas sabe-se que, com a ajuda dos cruzados (Afonso, 2023: 424), Alcácer foi tomada por forças cristãs no ano de 1160 (Varandas, 2019). Em outubro de 1175 é feita, pela primeira vez, a doação do Castelo de Alcácer à milícia de Santiago, e depois novamente em 1186 por D. Sancho I, sob a condição de os cavaleiros-freires obedecerem e servirem o monarca (Oliveira, 2014).

Mais tarde, impulsionado pelo expansionismo almóada, *Abu Ya'qub al-Mansur* reorganizou a frota em Sevilha e planeou meticulosamente as campanhas contra D. Sancho I. Foi assim que, entre 1190 e 1191, a astúcia do soberano conquistou a fortaleza

de Alcácer (Pereira, 2007: 37). A sua posição estratégica, na linha da fronteira, e o seu valor naval fizeram dela a principal praça-forte almóada no litoral ocidental, rebatizada como *Qasr al-Fath* — "Alcácer da Conquista" (Fernandes, 2020).

Alcácer era uma espécie de guarda avançada dos cristãos contra o Al-Gharb e após a épica batalha de 1217, os cristãos recuperaram definitivamente Alcácer das mãos dos almóadas governados por Abd Allah b. Wazir, e é aqui que instalam a mais importante praça forte Santiaguista (Pereira, 2020: 34). Para garantir a estabilidade da região durante a Reconquista Cristã, a Ordem Militar de Santiago fica encarregue da defesa deste território e também da sua administração. Seria, pois, no castelo, centro político e militar e símbolo por excelência do poder cristão, que em 1218 os espatários viriam a instalar o seu convento (Pereira, 2020: 43-44). A sede permaneceu no castelo até meados do século XIII, quando se mudou para Mértola, regressando a Alcácer em inícios do século XIV, onde fica até à data de 1482, transferindo-se depois para Palmela (Pereira, 2020: 37-43).

Foi a partir do século XII, que as Ordens Militares, como a Ordem de Santiago, desempenharam um papel crucial na conquista e consolidação do território, aliando-se aos reinos cristãos em campanhas militares contra os muçulmanos. Essas Ordens, além do seu carácter bélico, atuaram como agentes de repovoamento e administração, contribuindo para a cristianização e reorganização do espaço conquistado.

As Ordens Militares tiveram origem na Europa, e seus primórdios estão profundamente ligados ao ideal das cruzadas e à defesa da Terra Santa. Isso significa que, embora compartilhem semelhanças com a vida monástica, as Ordens Militares tinham a missão adicional de proteger os peregrinos cristãos dos ataques muçulmanos à medida que se dirigiam à Terra Santa. Assim, com uma vertente monástica combinada a uma ação guerreira, os freires viviam sob uma Regra, estavam vinculados a uma casa-conventual e faziam votos de obediência, pobreza e castidade (Ayala Martínez, 2014). Contudo, como forças militares, as circunstâncias dos reinos em que estavam inseridos os levavam a colaborar ativamente na luta contra as forças muçulmanas. Essa dinâmica fez com que a fronteira entre o mundo bélico e o religioso se tornasse cada vez mais ténue, sendo essa a principal razão pela qual a função desses cavaleiros-freires foi amplamente aceite (Conedera, 2015: 1).

Com a responsabilidade de defender os locais sagrados e conquistar territórios sob o domínio muçulmano, os serviços das Ordens Militares foram requisitados na Península

Ibérica (Afonso, 2019). Assim, ao se estabelecerem aí, as Ordens Religiosas e Militares fortaleceram o ideal das Cruzadas, alinhando-se com o processo da Reconquista. Em terras ibéricas, as Ordens Militares encontraram as condições ideais para o seu desenvolvimento, especialmente nos reinos onde a dicotomia entre cristãos e muçulmanos gerava constantes antagonismos.

A fundação da Ordem de Santiago remonta a 1 de agosto de 1170, em Cáceres, com o objetivo de, sob a direção de D. Pedro Fernandes, defender as conquistas de Fernando II de Leão na Estremadura, assim como ajudar a combater as forças muçulmanas (Cunha, 2021: 42-43). Rapidamente, os cavaleiros de Cáceres se tornaram vassalos do Arcebispo de Santiago de Compostela e, especialmente no aspeto religioso, do Apóstolo Santiago, expandindo assim o seu campo de batalha por toda a Península Ibérica. Com o passar dos anos, Compostela adquiriu o valor de Terra Santa, sendo considerada a Jerusalém do Ocidente europeu.

A chegada da Ordem a Portugal não demorou e, entre 1172 e 1173, os santiaguistas receberam várias vilas e castelos por doação régia, com o objetivo de reforçar a linha defensiva do Tejo (Barroca, 2003: 47). A Ordem de Santiago foi mencionada na Regra Bulata, inserida na Bula Benedictus Dei, na qual o Papa Alexandre III reconhece a sua existência em 1175, incluindo a doação de D. Afonso Henriques da vila de Arruda e também Alcácer do Sal (Oliveira, 2014). Estas doações feitas aos santiaguistas representam a necessidade de Portugal travar o avanço almóada que este território sofria desde 1172. Após alguns problemas com a monarquia portuguesa, em 1186, o rei D. Sancho I doa novamente Alcácer do Sal à Ordem (Mattoso, 2021: 344; Martins, 2007: 198-199) até à ofensiva almóada de 1190-1191 (Oliveira, 2014).

No reinado de D. Afonso II, em 1217, Alcácer, que estava novamente sob domínio muçulmano, foi reconquistada com o apoio de contingentes estrangeiros, alcançando-se assim um marco importante na expansão territorial portuguesa para o sul (Henriques, 2011: 29). Alcácer do Sal, uma cidade portuária estrategicamente ligada ao mar por via fluvial, foi um ponto crucial para a continuidade da Reconquista. Foi para essa cidade que o convento da Ordem foi transferido posteriormente (Oliveira, 2009).

Um marco importante para o início da afirmação da Ordem em Portugal foi o término da luta contra os muçulmanos. Até então, os santiaguistas em Portugal estavam subordinados a um mestre Castelhana. Um dos fatores que impulsionou a crescente autonomia dos

freires de Santiago em território português foi a distância geográfica em relação à comenda-mor em Castela. No final do século XIII, o desinteresse das autoridades castelhanas por Portugal criou uma oportunidade para que D. Afonso III e D. Dinis consolidassem a independência da Ordem em território português. Foi nesse cenário que se iniciaram as negociações diplomáticas em busca da autonomia do ramo português (Pizarro, 2022: 135-136).

Em consequência disto, o Papa concede a bula *Pastoralis officii* ao ramo português que lhe dá a possibilidade de eleger um mestre, João Fernandes (1290-1297) (Pereira, 2020: 128-130). Mas é só em 1327, que o mestre Pedro Escacho elabora os primeiros Estabelecimentos portugueses e a partir deles, a milícia adquire um carácter de instituição nacional.

Considerando a longa permanência do convento da Ordem em Alcácer do Sal, é natural que o seu panteão tenha surgido nesta cidade (Fernandes & Oliveira, 2005). Assim, foi a Igreja de Nossa Senhora dos Mártires (atual Santuário do Senhor dos Mártires) que os santiagoistas escolheram para o seu último repouso. Neste local, estarão sepultados alguns dos principais nomes ligados a esta ordem militar.

2.1 - Contexto Histórico do Santuário do Senhor dos Mártires

Tal como o Castelo de Alcácer, o Santuário do Senhor dos Mártires é o monumento que melhor ilustra esses períodos históricos da cidade. Importante monumento religioso e arquitetónico, o Santuário do Senhor dos Mártires, é um dos templos de arquitetura baixo-medieval cristã mais antigos do país, conhecido pela sua relação com a Ordem de Santiago (Picoito, 2010). Com efeito, a sua forma primitiva está documentada desde o século XIII, resultando a empreitada dos tempos que se seguiram à reconquista definitiva da localidade. A Igreja foi fundada pela Ordem de Santiago e transformada em panteão dos Mestres da Ordem (Pereira, 2009a: 642), que depois se converte em santuário associado à ocorrência de milagres³.

Inicialmente, o templo foi dedicado a Nossa Senhora dos Mártires, como se depreende pela invocação constante nas Visitações quinhentistas (Correia, 1924). O facto de, em momento ainda desconhecido, ter passado a ser referido como orago masculino não deve

³ Sobre estes milagres ver Pereira, 2009: 635-676.

invalidar uma primitiva função funerária e, muito possivelmente, em articulação com a mais recuada organização cristã da vila, ainda no século XIII, em que o espaço de influência de Alcácer teve um valor eminentemente militar (Silva, 1995).

O Santuário localiza-se 1 km a Oeste do Castelo de Alcácer do Sal, junto de duas importantes necrópoles: a Necrópole Romana da Azinhaga dos Senhor dos Mártires e a Necrópole da Idade do Ferro do Olival do Senhor dos Mártires⁴ (ver Anexos - Imagens 1 e 2). O contínuo uso funerário da área é evidente: *“O local onde este edifício se ergue, situado em zona isolada a poente da vila de Alcácer do Sal, testemunha desde logo o aproveitamento que desde tempos remotos lhe foi reservado: o de necrópole”* (Silva, 1995: 234-238). Várias são as referências históricas que realçam a importância do sítio, o seu carácter funerário e a ligação à Ordem Militar de Santiago. A primeira nota documental a este monumento surge nas Cantigas de Santa Maria (século XIII), de Afonso X o Sábio, onde é relatado um milagre de uma mulher *“...que ya cada sábado a hua eigreja que chaman Santa Maria dos Martires...”* (Pereira, 2009: 654-662).

No registo das Visitações da Ordem de Santiago, ocorridas no século XV, são relatados alguns enterramentos na Igreja, principalmente de Mestres e “mártires”: *“(...) E amte o cruzeiro jaz o Mestre dom Payo Peres Correya, mestre que foy desta Ordem de Samtiago. O qual jaz em huuma capella muito rasa”* (Cunha, 2012: 191).

A função funerária determinou que, nos séculos seguintes, importantes nomes da nobreza local e da Ordem de Santiago tenham utilizado esta igreja como sua última morada: *“A “cidade dos mortos” para os freires espatários era a Igreja de Santa Maria dos Mártires que se localizava, isolada, fora do perímetro amuralhado de Alcácer (...). De facto, alguns mestres, comendadores-mores e outros freires santiaguistas, depois da morte, tiveram em Santa Maria Dos Mártires, a sua última morada”* (Pereira, 2020: 103).

Ao longo de vários séculos, o Santuário tornou-se num importante centro tumular baixo-medieval, com quatro capelas funerárias independentes (Capela do Tesouro, Capela dos Mestres, Capela Maria de Resende e a Capela Martim Gomes Leitão, entretanto demolida - ver Anexos Imagem 3).

⁴ Necrópole do Olival do Senhor dos Mártires da Idade do Ferro (CNS 171) e a Necrópole da Azinhaga do Senhor dos Mártires da época Romana (CNS 22918).

A Capela dos Mestres, edificada em 1333, foi construída para panteão dos mestres da Ordem de Santiago numa interessante função de "lanterna dos mortos" (Silva, 1995).

Do ponto de vista artístico, a capela é um dos mais importantes monumentos góticos nacionais, na medida em que *"é uma das primeiras, se não mesmo a primeira, capela funerária de planta centrada construída em Portugal"* (Dias, 1994:107-108).

De planta octogonal, com acesso exterior autónomo e ligação à nave da igreja, é coberta por abóbada de oito panos, modelada por nervuras simples, caracterizando-se a estrutura pela simplicidade e quase ausência de decoração (Silva, 1995) (Fig. 3).

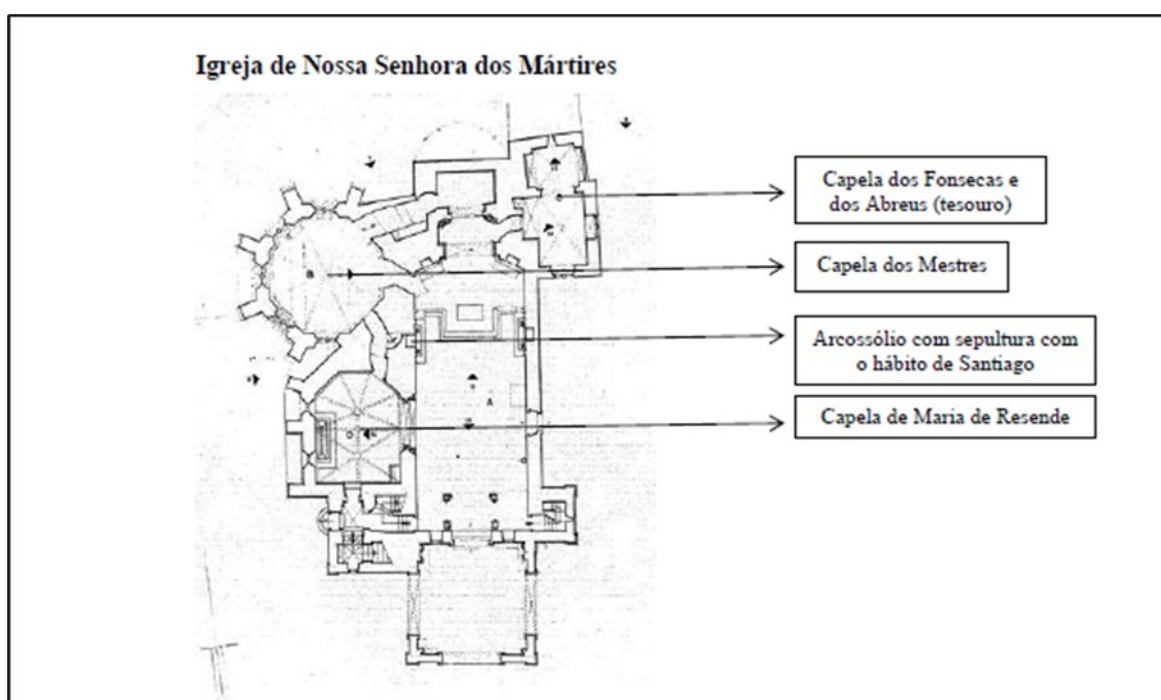


Fig. 3 – Planta do Santuário do Senhor dos Mártires com as devidas capelas. (autoria: DGEMN)

Nas paredes, abrem-se amplas janelas divididas em duas partes, outrora preenchidas por vitrais há muito desaparecidos, que permitiam a entrada generosa de luz. Esta planta centralizada representa uma inovação no contexto da arquitetura medieval portuguesa, encontrando seu precedente conceptual na capela do Convento de Tomar, erguida pela Ordem dos Templários no século XII - embora esta última não tivesse a função funerária que caracteriza o espaço em questão (Pereira, 2020: 106-108).

Desta capela, acede-se por uma escada em caracol a um terraço octogonal, onde os parapeitos de cantaria permitem desfrutar de uma ampla vista sobre a paisagem circundante. Em alguns silhares do templo, ainda hoje perduram marcas deixadas pelos mestres pedreiros medievais.

Pela inscrição existente no interior do edifício, sabe-se que o promotor da sua construção foi o Mestre Garcia Peres, que ali se fez sepultar juntamente com o seu irmão Pedro Escacho, também ele Mestre da Ordem. Nas Visitações de 1513, registou-se que eram quatro os mestres de Santiago sepultados neste espaço: “*Jazem quatro mestres que foram desta ordem*” (Silva, 1995: 234-238). Embora a inscrição inaugural mencione apenas os dois irmãos mestres, Pedro Escacho e Garcia Peres, há indícios de que os seus sucessores, Lourenço Vasques e Gil Fernandes de Carvalho, também tenham sido aí sepultados (Pereira, 2020: 106-108). A inscrição localiza-se numa das paredes da Capela, anexa ao corpo da Igreja do Santuário do Senhor dos Mártires e, segundo o investigador Mário Barroca (2000: 1566-1568), diz o seguinte: “Inscrição comemorativa da Fundação e construção da Igreja de Nosso Senhor dos Mártires, que D. Garcia Peres mandara erguer nesse ano de 1333 em louvor de Deus e da Virgem Maria, que elegeu para local de sua sepultura e de seu irmão D. Pedro Escacho, seu antecessor no Mestrado da Ordem de Santiago”.

Existe também o testemunho epigráfico de uma segunda inscrição que se encontra no interior do mesmo espaço, datado igualmente do século XIV, e segundo a sua leitura: “AQ(u)I IAZ: A OS(s)ADA: Q(eu) A /CHAROM: NOS: FUNDAMENTO/S: DESTA: CAPELA: e: O MAE/STRE: DOM: GARCIA: PerIZ: POR LHis: SATI(s)FAZER: MAN/DOU: QUE: A NON: TIREN: ENDE “. A questão que ainda persiste nos dias de hoje é a identidade destas ossadas, uma vez que a memória da sua origem, nos finais do século XIII e início do século XIV, já se havia perdido. Pertencerão a enterramentos medievais anteriores ao século XIII ou estarão ligados a uma das necrópoles existentes na envolvente do monumento?

A Capela Maria de Resende, datada da primeira metade do século XV, foi edificada para acolher o túmulo de D. Diogo Pereira, comendador-mor da Ordem de Santiago, falecido em 1427, por ordem de Maria de Resende sua esposa (Cunha, 2012: 437). É composta por três tramos (dois quadrangulares e um terceiro poligonal), ligada à igreja por um arco quebrado, o que leva a pensar que o corpo principal da igreja já existia quando esta capela funerária foi construída (Pereira, 2020: 112). D. Diogo Pereira foi criado pelo rei D. João

I, que o fez cavaleiro e lhe confiou missões importantes. O seu túmulo, construído em mármore, ainda se encontra no interior da Capela, acompanhado pelo seu brasão e uma lápide onde se mantém viva a memória dos seus feitos.

Do conjunto monumental fazia ainda parte a capela Martim Gomes Leitão, instituída em 1402 e demolida no século XVIII para dar lugar à construção da torre sineira. Numa das paredes desta torre ainda é possível visualizar uma placa comemorativa da fundação da capela anterior, exibindo um escudo com a cruz-espada da Ordem de Santiago amparada por dois leões e a respetiva data (Pereira, 2020: 106).

Quanto à igreja propriamente dita, é um templo relativamente modesto, de nave única e capela-mor retangular, que no século XVIII substituiu a primitiva cabeceira gótica. Ao conjunto junta-se ainda uma galilé quadrangular de dois andares, com acesso tripartido por amplos arcos de volta perfeita, e uma torre sineira, obras da época mais moderna. Trabalhos de restauro atuaram sobre o edifício nos inícios da década de 80 do século XX, altura em que se repararam e consolidaram diversos elementos de arquitetura e de património móvel integrado (Fig. 4).



Fig. 4— Vista aérea do Santuário do Senhor dos Mártires (autoria: Flávio Biscaia)

No exterior do santuário (adro e zona envolvente) foram, igualmente, identificados enterramentos humanos, no que se considera serem sepulturas de inumação em covacho, provavelmente de cronologia medieval (informação disponível nos processos do Arquivo da Arqueologia Portuguesa: S-00130 - 2002/1 – 600; S-00130 2003- 163/IPA). Pode entender-se, então, que se está perante uma grande necrópole medieval na envolvente do monumento, que deu continuidade à atribuição funerária desta área vinda de tempos remotos.

Os primeiros dados arqueológicos de que há memória são ainda do séc. XIX, quando foi encontrado a sul do Santuário o primeiro conjunto de sepulturas da Idade do Ferro. A necrópole do Olival do Senhor dos Mártires, implantada numa colina sobranceira ao Sado com uma altitude máxima de 34 m, constituiu o espaço funerário por excelência da comunidade que habitou o importante povoado subjacente ao castelo e ao centro histórico de Alcácer do Sal (Paixão, 2001).

2.2 – Trabalhos anteriores

A descoberta da necrópole do Olival do Senhor dos Mártires deu-se em 1874 quando a realização de trabalhos agrícolas nas proximidades da Igreja medieval do Senhor dos Mártires trouxe à luz um importante conjunto de materiais arqueológicos, dado a conhecer logo no ano seguinte por Possidónio da Silva (1875), e entre os quais se conta um importante conjunto de vasos gregos, cuja presença no Ocidente peninsular constituía então uma novidade absoluta. Mas, só meio século volvido sobre os achados iniciais, se realizariam intervenções arqueológicas sistemáticas no sítio, desenvolvidas sob a direção do Professor Vergílio Correia, que ali realizou quatro campanhas de escavação entre 1925 e 1927, fundamentais ainda hoje para o conhecimento da necrópole (Correia, 1925; 1928)

Mesmo ao lado, mais a Norte, situa-se a necrópole Romana da Azinhaga do Senhor dos Mártires. (Fig. 5)



Fig. 5 – Localização das necrópoles: A - Azinhaga do Senhor dos Mártires; B - Olival do Senhor dos Mártires (GoogleEarth)

Os primeiros achados verificados da necrópole datam de 1876 e conforme nos dá conta Simões de Castro "*Appareceram tambem na necropole de Alcacer (...) lampadas, algumas das quaes com os nomes dos fabricantes (...) Acharam-se mais algumas moedas de cobre desde o principio do Império até aos Antoninos (...) de vidro, alguns vasos d'aquelles que denominaram lacrymatorios (...) Acharam-se tambem os fragmentos de uma caixa de marfim, representando em esculptura de baixo relevo o combate de cupido com um leão. Finalmente appareceu uma caixa de chumbo, que o sr. dr. Filippe Simões disse ter visto ainda cheia de ossos meio queimados*" (Simões de Castro, 1876). Vinte anos mais tarde, em 1896, J. C. Baptista (pp. 143-144) referia que "*A cem metros, pouco mais ou menos a norte do sítio onde em 1876 foi descoberta a necrópole pré-romana, próximo da igreja da Senhora dos Martyres, ao proceder-se á plantação de uma vinha, e em propriedade do Exmo. Sr. Faria Gentil, appareceram muitos oblectos da epocha romana...*"

Existe a referência à destruição de urnas em terraplanagens efetuadas na Azinhaga dos Mártires (Viegas, 1977). Em 1980, tiveram lugar as primeiras escavações arqueológicas, que foram coordenadas por António Cavaleiro Paixão. Repartidas por duas campanhas,

estes trabalhos revelaram várias dezenas de enterramentos de incineração, com abundante recolha de espólio arqueológico, o qual pode datar esta necrópole dos séculos I e II d.C.

Em 2008, foram também efetuados trabalhos arqueológicos, coordenados pelo arqueólogo do município António Rafael Carvalho, num terreno privado existente ao lado do Lar de Estudantes de Alcácer do Sal, o qual tinha sido anteriormente loteado pelo município de Alcácer para a construção de 2 moradias. Nesta intervenção foram descobertas várias urnas em cerâmica e em pedra, assim como vários objetos em vidro que realçam a importância desta necrópole (Carvalho, 2008). Também em 2009/2010 durante o projeto de recuperação da escola secundária de Alcácer do Sal, em sondagens arqueológicas de diagnóstico foram identificadas sepulturas de inumação (informação disponível nos processos do Arquivo da Arqueologia Portuguesa: S-32916 e 2009/1 (094)).

Na década de 1980, a DGEMN procedeu a obras de requalificação e restauro no Santuário do Senhor dos Mártires (IPA, 00002151). Foi nessa altura que o monumento foi classificado como Imóvel de Interesse Público (IIP, Decreto nº 44075 de 5-12-61; Decreto nº 28/82 de 26-2) e surgem os primeiros estudos que classificam este local como um dos mais importantes da história de Alcácer do Sal.

No final dos anos 90, a Fundação Convento da Orada efetuou obras de recuperação nas casas dos romeiros, mesmo ao lado do monumento (zona Sul). Durante os trabalhos, na abertura de valas de fundação das casas, surgem vestígios de ossos humanos. A vala foi registada pelo arqueólogo do município João Carlos Faria, mas não foi necessária qualquer intervenção arqueológica e a obra prosseguiu.

Os verdadeiros trabalhos arqueológicos começam nos inícios dos anos 2000 durante a demolição da casa que se encontrava em frente do Santuário (ver Anexos- Imagem 4). Foram então encontrados elementos em pedra com interesse patrimonial entre os quais cerca de 14 cabeceiras de sepulturas medievais (objetos habitualmente datados dos séculos XIII/XIV). Foram também descobertos vestígios osteológicos, provavelmente humanos, embutidos nos alicerces da casa, seguramente pertencentes a sepulturas que terão existido no local.

Todos estes trabalhos foram alvo de acompanhamento arqueológico por parte da antiga Direção Regional de Évora, pelos técnicos Esmeralda Gomes e Frederico Regala sob a coordenação de Dr. António Cavaleiro Paixão.

Em 2002/2003, no limite NE do recinto foi removido parte do muro em ruínas que fazia parte da contenção das terras na adjacência da Azinhaga das Sete Voltas, expondo o talude de terras na extensão de 34 m por 2,5 m de altura em cujo perfil foram bem visíveis os vestígios de diversas sepulturas de inumação (10 núcleos distintos de ossos humanos), cujo contexto cronológico não foi possível definir. Mais tarde, foi aberta uma vala de 1,50 m e 70 cm de profundidade ao longo do muro, com máquinas, o que provocou uma situação lesiva para o Património, com a destruição de enterramentos de inumação, sem espólio associado. Durante a recolha do entulho foram identificadas mais 7 cabeceiras de sepulturas que estariam embutidas no muro. Junto à fachada SO da Igreja, o levantamento do pavimento em tijoleira deixou em evidência as bases arquitetónicas da antiga capela aí existente, cuja construção é datável de 1402, sendo, portanto, anterior à atual torre sineira, segundo fontes históricas. Procedeu-se à limpeza da superfície do terreno e recolha de algum espólio cerâmico medieval/moderno disperso.

Ainda em 2003, durante o levantamento do pavimento em redor do monumento, na zona NO, foram detetados enterramentos. Foram abertas duas sondagens (área A e área B) onde surgiram vários enterramentos, cujo espólio e cronologia não foi possível determinar. Infelizmente os dados recolhidos nestes trabalhos de 2000/2004 não foram bem registados, existindo apenas um relatório preliminar (informação disponível nos processos do Arquivo da Arqueologia Portuguesa: 78- Processo 2002/1 (600) 16 de setembro 2002; 2002,2003,2004 – Relatório Geral nº163/IPA 22 de outubro 2003).

2.3 - Capela do Tesouro

A Capela do Tesouro, considerada a mais antiga, possui uma planta retangular com acessos próprios, estando localizada a Sul da abside da igreja (Fig. 6). A sua cronologia ainda suscita muitas dúvidas, embora alguns investigadores considerem uma datação em torno de inícios ou meados do século XIII, após a conquista cristã de Alcácer do Sal no reinado de D. Afonso II. Os documentos e referências mais antigas ao Santuário do Senhor dos Mártires destacam o seu carácter funerário e sua ligação com a Ordem de Santiago. Embora a data de fundação da capela seja desconhecida, as primeiras menções surgem no século XIII, nas cantigas de Santa Maria do rei Afonso X o Sábio, onde é relatado um milagre da Virgem que se crê reportar à Igreja de Santa Maria dos Mártires de Alcácer do Sal (Pereira, 2009).



Fig. 6 – Capela do Tesouro (autoria: Rita Balona)

O seu estilo românico, do qual é maior evidência a abóbada de berço (Almeida, 2001), também a coloca algures nos séculos XII/XIII e a sua função é meramente funerária (pelos arcossólios para colocar sarcófagos). As visitas quinzentistas⁵ mencionam que a capela, situada no lado Sul, serviria de tesouro e tinha uma abóbada, um altar de pedra e portas de ferro. Possuía também uma grande fresta a Nascente, uma janela grande a Sul e era toda lajeada de pedra (Cunha, 2012). Durante a Visita do Prior-Mor, é mencionado que a capela era local de enterramento para as famílias FONSECAS e ABREUS, e os membros

⁵ Documentos que descrevem as igrejas e ermidas da Ordem Militar de Santiago no período entre os anos de 1510 e 1571. São as primeiras visitas levadas a cabo pelo Mestre D. Jorge de Lencastre (Visitação de Setúbal, julho de 1510) e a última de uma série de inspeções levadas a cabo nos anos 60 da centúria de Quinhentos e que efetivamente se prolongam até aos primeiros anos da década seguinte (Visitação de Palmela, setembro de 1571).

dessas famílias eram obrigados a celebrar anualmente 12 missas cantadas pelas almas de seus avós, que instituíram a capela (Cunha, 2012).

A planta da capela mostra uma estrutura composta por dois corpos separados por arco (...) *d'alvanaria em redomdo com seus pylares e capitees de pedraria* (...) (Cunha, 2012:439). Segundo as visitas, era toda lajeada de pedra e continha no seu interior uma sepultura de pedra grande e antiga. Hoje em dia desconhece-se o paradeiro dessa sepultura.

José Custódio Vieira da Silva (1995) sugere, com base na evidência histórica e tradição funerária romana, que a Capela do Tesouro tenha sido a construção primária erguida pelos cavaleiros de Santiago na sua primeira fixação em Alcácer do Sal, antes mesmo da construção da “Igreja dos Mártires”, à qual se uniu posteriormente.

3 - A Escavação Arqueológica: resultados

A metodologia adotada nesta dissertação consistiu numa caracterização geral do contexto da escavação, seguida de uma análise pormenorizada de elementos mais significativos.

Os trabalhos arqueológicos desenvolvidos decorreram no Santuário do Senhor dos Mártires, situado na União de Freguesias, Concelho de Alcácer do Sal. A área tem as coordenadas 38°22'21.81" (Latitude) e 8°31'13.11" (Longitude), localizando-se a uma altitude aproximada de 33 metros e está implantada na Carta Militar de Portugal nº 476.

Devido ao abatimento do chão da Capela do Tesouro, a equipa de Arqueologia da Câmara Municipal de Alcácer do Sal, sob a minha coordenação científica, foi chamada ao local para abrir sondagens de diagnóstico (ver Anexos - Imagens 6, 7 e 8). Após a devida autorização da tutela, ficou decidido que o método seriam três sondagens de diagnóstico, duas no interior da Capela e uma no exterior, junto à parede este da mesma. O objetivo seria encontrar o motivo do abatimento do chão e identificar algum tipo de infiltração de água que pudesse estar a causar o problema. Após a abertura das duas sondagens no interior e devido ao perigo de derrocada dos cortes, foram abertas mais 4 sondagens (ver Fig. 6). Durante a abertura dessas sondagens, após autorização da DRC Alentejo, decidiu-se abrir em área no interior do edifício, não só por causa dos cortes, mas também porque surgiram contextos funerários por toda a área da Capela.

No exterior, abriu-se uma sondagem junto à parede este da Capela até às fundações da mesma. Verificou-se então que o problema do abatimento do chão era a entrada de raízes de várias dimensões por debaixo do edifício e que estavam a causar graves danos (ver Anexos - Imagem 9 e 11). As raízes estavam a entrar por debaixo do edifício atrás de algum tipo de humidade acumulada no subsolo, como águas das chuvas ou do sistema de rega do jardim exterior.

O objetivo consistiu em instalar um dreno na área do jardim, ao longo de toda a extensão do edifício e junto às paredes, de modo a evitar a infiltração de grandes volumes de água no subsolo do monumento. Ao abrir a sondagem no exterior, rapidamente foram identificadas estruturas de grande dimensão que não permitiram a colocação do dreno (ver Anexos - Imagem 10 e 24). Entre essas estruturas, identificou-se o que parece ser uma sepultura em pedra de dimensões consideráveis, a qual estava vazia quando descoberta.

Após a visita do técnico da tutela ficou decidido realizar uma sondagem no canto entre a Igreja e a Capela dos Mestres (Área D), a qual confirmou também que ao longo do edifício persistiam estruturas que impediam a instalação do tubo para o dreno. Implementou-se então a vala do dreno um pouco mais afastada do edifício, ao longo do jardim com o comprimento de cerca de 21 m e largura de 1 m (ver Anexos - Imagem 25). A escavação procedeu-se manualmente até aos 50 cm de profundidade, como medida de precaução para preservar eventuais enterramentos humanos, dada a possível existência de uma necrópole medieval no local.

No interior da Capela, os trabalhos arqueológicos atingiram o substrato geológico (ver Anexos - Imagem 17), enquanto na área externa a escavação atingiu uma cota menor, uma vez que a vala de dreno não exigia grande profundidade.

Todas as raízes detetadas durante a escavação foram cortadas e as sondagens numeradas, assim como as suas unidades estratigráficas, estruturas e enterramentos. As Unidades Estratigráficas (U.E.) foram numeradas iniciando pelo número 1. Quando se optou pela escavação em área, foi tratada como uma única sondagem, e as unidades foram continuadas a partir da U.E. 600. Dividiu-se a escavação por áreas, de diferentes contextos, para simplificar a compreensão dos dados (área A, B, C, D e E). (Fig.7)



Fig.7– Planta com implantação das diferentes áreas (interior e exterior da Capela do Tesouro)
(autoria: Rita Balona)

Os objetivos dos trabalhos arqueológicos no interior da Capela do Tesouro direccionaram-se não apenas para identificar a causa do abatimento do chão, mas também para detetar possíveis vestígios de interesse arqueológico que permitissem a recolha de dados históricos sobre o monumento e contribuíssem para a sua salvaguarda (ver Anexos - Imagem 18).

A escavação arqueológica foi realizada por meio de procedimentos manuais até alcançar a cota dos contextos funerários, seguindo os princípios metodológicos estabelecidos por Edward Harris (1989). A cada unidade estratigráfica (U.E.) foi atribuída uma numeração sequencial, iniciando pela camada superficial (U.E. 1) e prosseguindo até atingir o substrato rochoso natural. Procedeu-se ao seu desmonte sucessivo seguindo os contornos naturais das U.E., o que potencia a fiabilidade cronológica e estratigráfica. Todas as U.E. foram alvo de registo fotográfico e altimétrico. Estas anotações foram particularmente intensas nas U.E.'s relativas aos níveis funerários.

Iniciou-se então a escavação arqueológica no interior da capela, durante a qual foi identificada uma necrópole cristã (ver Anexos - Imagens 12 e 13). O espólio encontrado e as datações por C14 efetuadas em alguns enterramentos indicaram que o espaço foi

utilizado para enterramentos entre os séculos XII e XVI, período em que a Ordem de Santiago se estabeleceu, em períodos específicos, em Alcácer do Sal, até ser transferida para Palmela em 1482 (Pereira, 2020: 43). O espaço funerário desenvolveu-se em duas áreas distintas, tanto espacialmente como contextualmente, a que se chamou, por necessidades pragmáticas de registo, Área A e Área B (Fig. 8).

Na Área A, os contextos parecem estratigraficamente e materialmente mais antigos e os enterramentos denotam um maior cuidado na sua deposição aquando da inumação. A zona da Capela correspondente à Área A apresenta uma construção de estilo românico (séculos XII-XIII), sendo a principal evidência uma abóbada de berço. Este sector apresenta um menor número (e densidade) de enterramentos, alguns acompanhados de vestígios de caixão, de que são indícios as madeiras e pregos recolhidos nas sepulturas. Foi então identificada nesta área uma necrópole medieval/moderna, com um carácter mais militar, possivelmente com ligação à Ordem de Santiago, tal como a documentação antiga evocava (Cunha, 2012: 440; Silva, 1995). Como exemplo, temos o caso de Afonso Martins, cavaleiro do séc. XIV, que cita no seu testamento a vontade de ser enterrado em Santa Maria dos Mártires na capela de seu avô Dom Gonçalo Fernandes (Pereira, 2009: 649).



Fig. 8 – Área A e Área B no interior da Capela do Tesouro (autoria: Nix.atelier.da.fotografia)

Devido à dificuldade e ao interesse em determinar com precisão a cronologia dos enterramentos, o Setor de Arqueologia da Câmara Municipal de Alcácer solicitou análises de datação em alguns indivíduos no Laboratório Vilnius RadioCarbon, na Lituânia. Muitas amostras infelizmente não produziram resultados, muito provavelmente devido ao mau estado de conservação dos ossos (causado pela ação das raízes). As tentativas continuam até à data da redação deste documento, e alguns dos resultados obtidos estão atualmente em fase de estudo e interpretação. Os dados disponíveis até ao momento são:

- Enterramento 16 – Área A (1227 a 1295)
- Enterramento 19 – Área A (1040 a 1218)
- Enterramento 21 – Área A (1173 a 1270)
- Enterramento 36 - Área B (1120 a 1223)
- Enterramento 14 – Área A (1445-1523)

Alguns enterramentos faziam-se acompanhar de numismas (depositados *in situ* nos indivíduos nº 1, 2, 4 e 10), cuja datação mínima abrange um amplo período, desde os reinados de D. Afonso Henriques até D. Sebastião (séculos XII a XVI), pois embora a maioria das moedas se apresente ilegível, as que conservam legibilidade permitem estabelecer um enquadramento cronológico preliminar para o sítio arqueológico (ver Anexos - Imagem 15). Para além destes exemplares contextualizados, registou-se uma quantidade excecional de moedas (cerca de 130) no sedimento que cobria os enterramentos. O volume de numismas recolhidos durante a escavação revela-se incomum para contextos desta cronologia, não tendo paralelo conhecido em intervenções arqueológicas similares. (Fig. 9 e 10)



Fig.9 – Gráfico de número de moedas legíveis e ilegíveis em toda a área de escavação (autoria: Rita Balona)

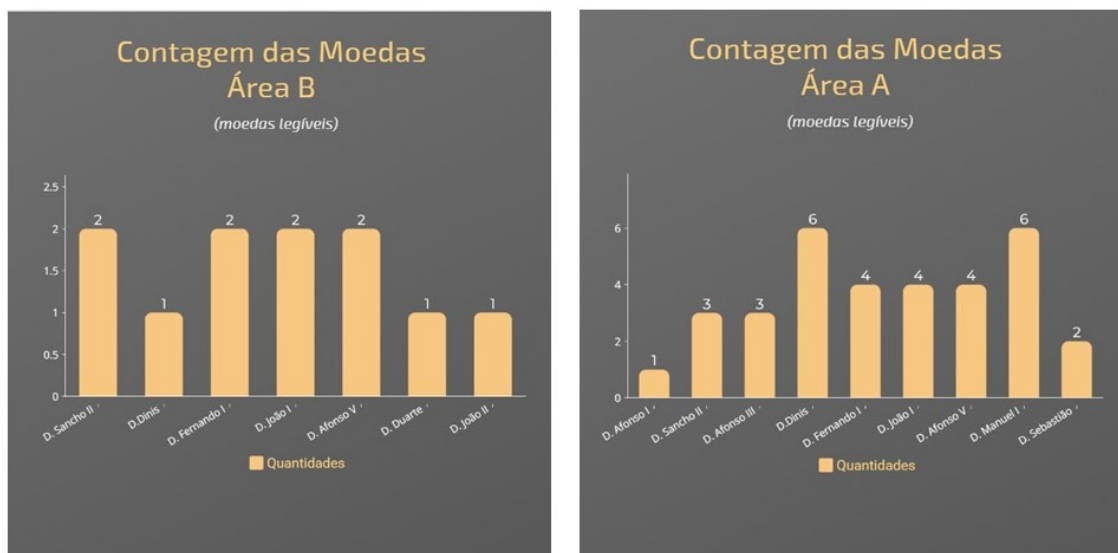


Fig.10 – Gráfico com o número de moedas legíveis e reinado da cunhagem na Área A e B (autoria: Rita Balona)

As datações por C14 realizadas, conjugadas com as cronologias obtidas através dos numismas *in situ*, permitem propor uma reconstituição das diferentes fases de utilização da necrópole e a sua cronologia absoluta (com particular enfoque na Área A). Trata-se, contudo, de uma interpretação preliminar, cuja confirmação carece de estudos adicionais e de um maior número de datações (Fig. 11 e 12).

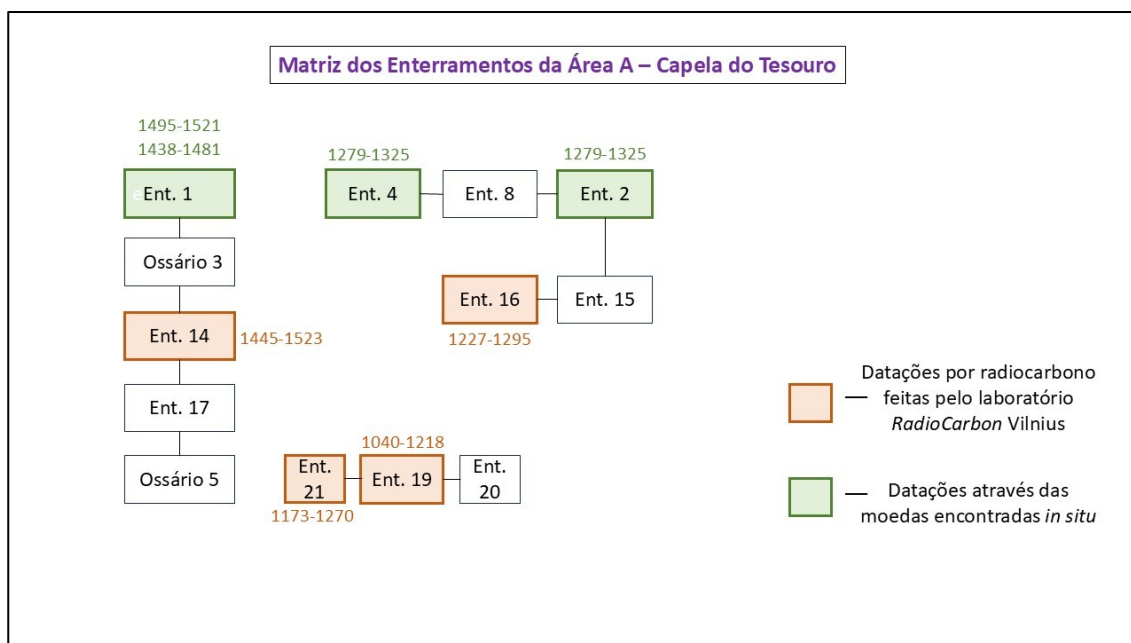


Fig.11 – Matriz com datações (autoria: Rita Balona)

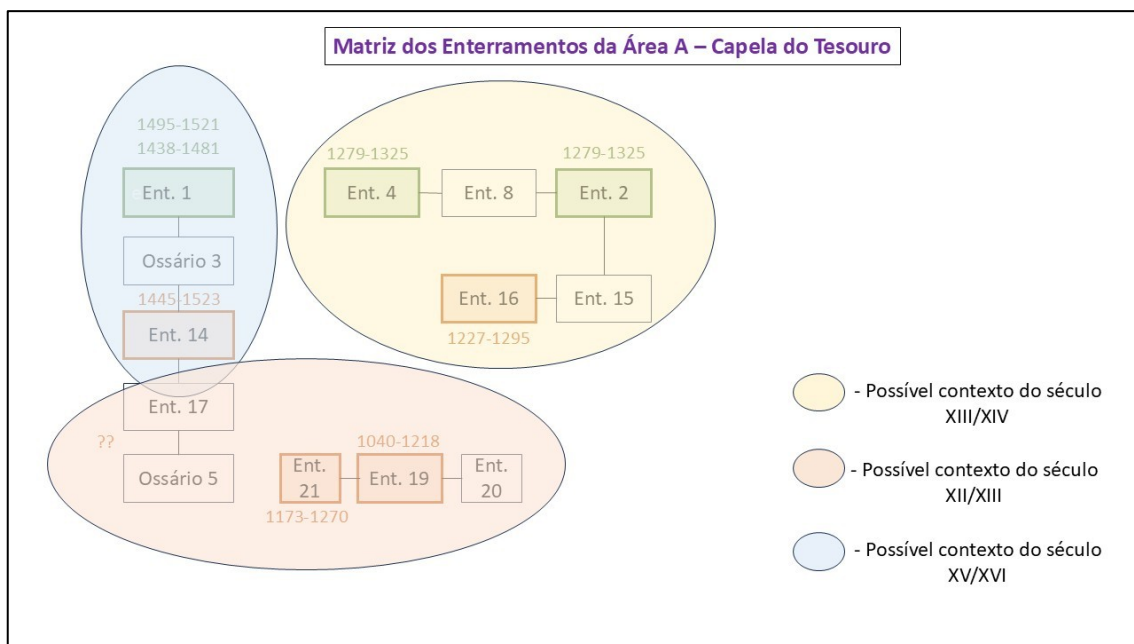


Fig. 12– Matriz com possíveis contextos cronológicos (autoria: Rita Balona)

Na Área B existe um menor zelo na gestão da necrópole e o contexto cronológico parece ser mais recente, o que é confirmado pela tipologia de espólio. Além de alfinetes sugestivos do uso de sudário, surgiram diversos botões, tachas e outros objetos ligados ao vestuário. As pessoas inumadas deveriam ter alguma ligação (por vezes, familiar) à Ordem de Santiago e/ou serem nobres com um estatuto elevado junto da Ordem, como indicam alguns documentos antigos (Pereira, 2009: 648-649). A certa altura a Capela do Tesouro foi também apelidada de Capela dos FONSECAS e ABREUS, aplicando-se provavelmente à Área B, que se revelou uma zona de necrópole mais diversa, perto de uma população natural, isto é, uma necrópole destinada ao sepultamento de uma população comum, composta por homens, mulheres e crianças, o que se coaduna com o uso daquela zona por familiares de membros da ordem e/ou doadores/patrocinadores da Ordem.

Durante as escavações, as fundações sobre as quais assentava parte da Capela do Tesouro revelaram que a Área B será provavelmente uma ampliação da pequena sala da Área A. Segundo a documentação histórica, sabemos que o segundo Mestre da Ordem de Santiago, do ramo português, Lourenço Eanes Carnes (1315-1318), terá promovido obras na Igreja de Santa Maria dos Mártires em Alcácer do Sal: *“Lourenço Eanes Carnes promoveu obras em Alcácer do Sal, na igreja de Santa Mártires, pertença dos espatários*

(...)” (Pereira, 2020: 132). Atendendo a que a Capela dos Mestres só foi construída em 1333, estas obras terão sido feitas na Capela do Tesouro, à época, a única provavelmente existente no local. Deste modo e, considerando a cronologia do edificado, muitos dos enterramentos da Área B deverão ter sido inumados apenas a partir do século XIV.

Para além da Área A e B, foram escavadas mais três áreas (C, D e E) no exterior da Capela. Nestas, observaram-se algumas estruturas e foram identificados enterramentos. Estes últimos confirmaram a presença de uma grande necrópole medieval na envolvente do edifício, já expectável dado os mencionados registos de intervenções arqueológicas anteriores, o que conferia uma maior amplitude ao “campo funerário” em torno do monumento.

A escavação no interior da Capela do Tesouro permitiu ainda recuperar uma quantidade significativa de espólio funerário e não funerário como: objetos de adorno e apliques de vestuário, numismas, um par de esporas, cerâmica, vidro, vários fragmentos de sílex, alguma fauna, pregos associados a caixões e alfinetes (ver Anexos - Imagens 14, 16, 19, 21, 22 e 23). O espólio arqueológico apresenta uma cronologia alargada, desde a época romana à moderna, estando depositados nos sedimentos utilizados para nivelar a capela, cobrir os enterramentos e servir de base ao piso moderno. As terras que serviram para cobrir os enterramentos serão, muito provavelmente, oriundas do exterior da capela, onde se localizam as duas grandes necrópoles já mencionadas (Romana e Idade do Ferro), podendo ter servido de transporte a vestígios de outras cronologias. Os materiais cerâmicos, na sua maioria, são de mesa, de construção e alguns de produção estrangeira (como por exemplo produção de Sevilha e Majólicas). Foram também identificados alguns fragmentos de azulejos hispano-árabes e cerâmicas de tipologia islâmica, mas sem grande representação (Fig. 13).



Fig. 13 – Exemplos de objetos cerâmicos encontrados durante os trabalhos arqueológicos (autoria: Rita Balona)

No âmbito desta intervenção arqueológica foram então identificados e escavados 36 enterramentos em inumação primária (11 na Zona A, 23 na Zona B e 2 na Zona C). Foram ainda identificados 11 ossários, com um número mínimo conjunto de 38 indivíduos (31 adultos e sete não adultos) e o material osteológico apresenta uma preservação e representatividade óssea média (Cruz, 2011).

As sepulturas eram essencialmente simples, escavadas no sedimento com orientação oeste-este. O uso de caixão de madeira – tanto por uma interface mais trapezoidal como por vestígios de madeira ou tachas/pregos - foi detetado em 30,6% (n=11) dos enterramentos (Balona *et al.*, 2023).

Segundo Balona *et al.* (2023), a avaliação do perfil biológico classificou 39% (n=14) dos indivíduos como masculinos e 11% (n=4) como femininos. Não foi possível estimar o sexo em 50% (n=18) dos indivíduos e em termos de idade à morte, nove (25%) indivíduos seriam não adultos, nove (25%) seriam adultos de meia-idade e um (3%) seria adulto idoso. Por questões de preservação ou representatividade do esqueleto, 25% (n=9) foram apenas classificados como adultos.

A grande maioria dos indivíduos foram depositados em decúbito dorsal (96,8 %, n=30), com a exceção de um não adulto, em aparente decúbito ventral (Enterramento 31, > 2 anos), apenas representado pela região torácica. (Fig. 14)

Foi possível estimar a estatura de 19 indivíduos adultos, balizando-se entre os 145,98 cm e os 169,11 cm (média: $158,9 \pm 1,54$ cm) e em termos de avaliação da saúde e doença, e apenas com os dados recolhidos no campo, 66,7% (n=24) dos indivíduos inumados exibiam alterações osteológicas sugestivas de patologia. As condições mais frequentemente detetadas foram as lesões proliferativas do perióstio (alterações no osso causadas pelo crescimento anormal de tecido novo na sua superfície, como se o osso criasse uma “camada extra” em resposta a um problema) presentes em 55,6% dos indivíduos (n=20), seguindo-se, em ordem decrescente de frequência, as lesões traumáticas (11,1%, n=4), a patologia infecciosa e osteomielite (cada uma com 2,8%, n=1). As condições degenerativas estavam igualmente presentes, sendo notória a predominância das alterações da entese, que afetaram 19 (52,8%) dos inumados, face às osteoartroses, presentes apenas em 16,7% (n=6) dos indivíduos (Balona *et al.*, 2023).



Fig. 14 – Planta da dispersão dos enterramentos da Capela do Tesouro (autoria: Rita Balona e João Cardoso)

Durante as intervenções arqueológicas na Capela do Tesouro, foi identificado um conjunto de estruturas pétreas com argamassa, localizadas ao nível das fundações do corpo principal da Igreja. A sua volumetria sugere a existência de um edifício de consideráveis dimensões, sobre o qual posteriormente se ergueu a Capela do Tesouro indicando, portanto, uma fase construtiva anterior (Fig. 15).

Estas estruturas, que se desenvolvem ao longo do alçado norte da Capela, correspondem a uma única construção que se prolonga para o exterior, terminando numa configuração em abside. Esta descoberta permite estabelecer uma relação estratigráfica clara entre as diferentes fases de ocupação do local. Adjacente à abside, foram identificados quatro potenciais contrafortes (estruturas 4, 6, 7 e 8), apresentando dimensões e espaçamentos regulares entre si. Uma análise mais detalhada destes elementos e do seu padrão de distribuição sugere a existência original de mais dois contrafortes adicionais, atualmente parcialmente preservados no interior da Capela. Deste conjunto, destaca-se a Estrutura 9, localizada na fundação da parede Este da Área A, da qual apenas se preservava o perfil interno e o que restava dela no exterior na Área C. Outra estrutura semelhante, que poderá ser outro contraforte, encontra-se na base do arco Norte (Estrutura 11). Caso se confirme esta interpretação, o conjunto passaria a ser composto por seis contrafortes, reforçando a monumentalidade do suposto edifício primitivo que permanece sob o atual Santuário do Senhor dos Mártires.



Fig. 15 – Planta das estruturas encontradas sob a área da Capela e alguns contrafortes (autoria: Nix.atelier.da.fotografia)

3.1 – O Enterramento 2

No contexto geral da escavação, entre os elementos mais significativos, salienta-se o Enterramento 2, cujas particularidades o tornam um dos achados mais notáveis.

Este indivíduo (Sepultura 2, U.E. 8) encontrava-se inumado na Área A, numa sepultura simples, escavada no sedimento, com cerca de 1,76 m de comprimento e 0,30 m de largura. A sepultura seguia a norma cristã, com uma orientação oeste (crânio) – este (pés). Este indivíduo encontrava-se em decúbito dorsal, com o crânio assente sobre a face esquerda. Ambos os braços estavam fletidos em ângulos superiores a 90°, cruzando (o esquerdo sobre o direito) sobre a região lombar. Os membros inferiores estavam estendidos e os pés encontravam-se paralelos entre si, aparentando um efeito de “*parede*” coerente com a presença de caixão. A sepultura terá sido colmatada e não sofreu perturbação até se proceder à sua escavação o que permitiu ter uma representatividade óssea excelente (> 75%). A preservação não foi tão boa (25 – 50%, média), com os remanescentes osteológicos a serem fortemente afetados pela pressão do solo, mas sobretudo pela humidade e presença de raízes (Balona *et al*, no prelo).

Em termos de perfil biológico, este indivíduo revela características morfológicas (crânio e osso ilíaco) e métricas (fémur e astrágalo) que o classificam como pertencente ao sexo masculino. A idade à morte foi estimada com recurso ao osso ilíaco (superfície auricular) e situa-se entre os 35 e os 44 anos. Foi possível estimar a estatura do indivíduo em 167,8 cm $\pm$ 3,9 (Carvalho (no prelo), Relatório Antropológico da Intervenção na Capela do Tesouro).

Observou-se o material osteológico de modo a avaliar a existência de possíveis indícios paleopatológicos. A alteração mais notória foi identificada no fémur esquerdo, que apresentava uma reação óssea exuberante na diáfise, com deposição de osso novo e destruição óssea, sugestivos de osteomielite (ver Anexos - Imagem 33). Esta condição poderá ter uma origem traumática e/ou infecciosa e terá de ser laboratorialmente confirmada. A alteração do perióstio foi igualmente observada no úmero esquerdo, fémur direito, tíbias, perónio direito e ossos do pé deste indivíduo. As tíbias, cúbitos, fémur direito e rótula apresentavam alterações da entese. Também foram identificadas alterações nas áreas de inserção dos tendões e ligamentos (enteses) nas tíbias, cúbitos (ulnas), fémur direito e rótula, o que pode indicar processos inflamatórios ou sobrecarga mecânica nessas regiões. As vértebras cervicais e torácicas apresentavam microporosidade nos corpos

vertebrais, isto é, possível sinal de doença metabólica ou inflamatória. Na dentição, foram detetadas diversas cáries e acúmulo de cálculo dentário (tártaro). Apenas um dente mostrava hipoplasia do esmalte em forma de sulco, o que pode estar associado a períodos de stress fisiológico durante o desenvolvimento dos dentes. (Balona *et al*, no prelo).

3.1.1 – O ritual das moedas

O indivíduo foi inumado sob um dos arcossólios existentes no interior da capela, local privilegiado (ver Anexos - Imagem 34), acompanhado por cinco moedas, observadas ainda *in situ* aquando da escavação, num ritual funerário que se apresenta bastante raro, se não mesmo único e com grande simbolismo (Travaini, 2004: 165).

O uso de numismas como espólio votivo em contextos funerários arqueológicos sugere o recurso a uma prática romana pagã (Gilchrist, 2008: 50), na qual se pagava a Caronte, o barqueiro do submundo, encarregado de levar os recém-falecidos até ao mundo dos mortos. Segundo Travaini:

“Coins in medieval graves have often been explained as a more or less conscious continuation of 'Charon's obol': the traditional fee for the ferryman Charon who carried the souls of the dead across the river Styx. Even in Greek and roman contexts, however, the term has been too loosely applied. It is only when one coin is found in the mouth that we are entitled to refer to it as Charon's obol. It is therefore best to abandon this idea and consider coins in medieval graves within a wider framework. Coins in graves have been interpreted as offerings of the dead to the gods, offerings of the living to the dead, as gifts to the deceased to use in the afterlife, as symbolic dowries constituting 'a pars pro toto which transferred the belongings of the dead to the bereaved without having to offer a large number of grave gifts' and also as a means to avoid haunting.” (Travaini, 2004: 164)

Os enterramentos cristãos na Idade Média geralmente seguiam um padrão simples e despojado, com o corpo envolto em um sudário e sepultado em cemitérios próximos às igrejas ou no interior das mesmas. Contudo, embora a simplicidade fosse o ideal, havia exceções, especialmente entre a nobreza e a realeza, que, em alguns casos, eram enterradas com objetos de valor (Booth & Tingle, 2021: 116). Além disso, influências pagãs e costumes locais ocasionalmente se mesclavam aos rituais cristãos, resultando em sepultamentos que incluíam adornos, moedas ou outros bens pessoais, ainda que tais práticas fossem mais a exceção do que a regra.

O Concílio de Trento (1545-1563) determinou a exclusão de diversas tradições de origem pagã ainda praticadas pelos cristãos, embora essas práticas não tenham sido completamente erradicadas. Evidências arqueológicas, como as encontradas nas necrópoles medievais e modernas de Arruda dos Vinhos (Ferreira *et al.*, 2013) e Sarilhos Grandes (Pereira *et al.*, 2007), atestam a persistência de alguns desses costumes funerários mesmo após o legado de Trento.

A prática cristã de ser enterrado despojado de bens (incluindo moedas) reflete os ensinamentos da Igreja sobre humildade, desapego material e a igualdade perante Deus na morte (Travaini, 2004: 177). Esta abordagem contrastava significativamente com as tradições pagãs e as práticas de outras culturas, que frequentemente envolviam enterrar os mortos com objetos de valor para uso na vida após a morte ou como símbolos de riqueza. A crença era de que, na morte, todas as pessoas são iguais diante de Deus, independentemente de seu estatuto social em vida. Enterrar-se despojado de bens era, então, visto como um gesto de humildade e de preparação para a vida eterna, onde as riquezas terrenas não têm valor.

O ritual que agora nos ocupa, ainda que condenado pela Igreja, normalizava a colocação de numismas nas mãos ou junto do corpo dos falecidos (Travini, 2004: 1), assim como no sedimento das sepulturas. Evidências arqueológicas comprovam sua ocorrência em contextos militares, como no caso dos enterramentos de combatentes da conquista medieval de Lisboa, inumados no atual Mosteiro de São Vicente de Fora (Rodrigues Ferreira, 1983: 4-28) e em sepulturas de cavaleiros da Ordem de Évora (Santos & Umbelino, 2007: 2-16).

Esta prática também acontece em necrópoles medievais com populações naturais, como é exemplo a necrópole medieval da Igreja de São Pedro de Canaferrim no Castelo dos Mouros em Sintra (Gouveia & Sousa, 2017: 75-79) onde apareceu uma interessante coleção de moedas da primeira dinastia, mas também na Necrópole Medieval da Igreja de Santa Maria do Castelo de Calatañazor em Soria – Espanha (Retuerce & Hervás, 2019: 93-112), na necrópole da Igreja de Santa Maria de Castelo Branco, onde foi encontrada uma extensa coleção de quase duas centenas de numismas, na sua maioria dinheiros da I dinastia e ceitis da II dinastia (Boavida, 2021: 139-144) e também na necrópole da Alcáçova de Mértola (Rafael *et al.*, 2013: 258-271).

No caso da Capela do Tesouro, em ambas as áreas, foi notória a prática deste ritual em alguns enterramentos. O enterramento 1 tinha *in situ* duas moedas, sobre o joelho esquerdo e outra na zona do íliaco esquerdo. O enterramento 2 (caso de estudo deste capítulo) fazia-se acompanhar por 5 moedas (tórax, braço, íliacos e joelho). O enterramento 4 apresentou uma moeda *in situ* na zona do íliaco direito e o enterramento 10 uma moeda sob o braço esquerdo. Houve claramente uma intenção na colocação destas moedas, bastante evidente durante a escavação destes esqueletos (ver Anexos - Imagens 28- 32).

Dispersos pelos sedimentos que preenchiam os contextos funerários, foram recuperados uma coleção surpreendente de 130 numismas, cuja cronologia abrange um amplo período desde o reinado de D. Afonso Henriques até ao de D. Sebastião (séculos XII a XVI) (Gomes, 2007: 68-207).

É possível que muitas das moedas que se encontravam dispersas pelo sedimento se relacionassem, igualmente, com este ritual simbólico, mas devido à gestão da necrópole podem ter sido movidas dos seus sítios originais.

A identificação desta prática num contexto tão significativo - o panteão de uma Ordem Militar e Religiosa - reveste-se de particular importância histórica, pois demonstra a persistência de possíveis tradições pré-cristãs mesmo em espaços de forte conotação religiosa institucionalizada. Roberta Gilchrist (2008) faz notar que a presença destes objetos menos canónicos, por vezes conotada com um pensamento mágico, em contextos medievais estava integrada nas práticas cristãs, simbolizando usualmente a cura e reconstituição do corpo, assegurando a sua reanimação no dia do julgamento final e protegia os defuntos mais vulneráveis no caminho para o purgatório. A grande novidade, no caso da Capela do Tesouro, é a sua absorção pelos níveis mais elevados da classe clerical, o que pode ser mais um reflexo da sua condição de cavaleiros/guerreiros do que de clérigos, havendo uma abertura maior para abrigar a superstição por parte dos primeiros do que pelos que seriam exclusivamente religiosos.

Focando agora no Enterramento 2, este é um caso excecional por duas razões: número de moedas que apresentou *in situ* e tipologias das mesmas. Sobre o corpo do inumado, foram colocadas intencionalmente cinco moedas: uma na zona do tórax (lado esquerdo, zona do coração), outra sobre o braço esquerdo, uma em cima do íliaco esquerdo, outra no íliaco direito, e, por fim, outra junto ao joelho direito (Fig. 16).

Para além da quantidade, o que mais se destaca nesta descoberta é a cronologia de cada moeda. Sobre o joelho e ambos os ilíacos, os numismas pertencem ao reinado de D. Dinis (1261-1325), o numisma colocado em cima do braço esquerdo é do reinado de D. Afonso III (1210-1279), finalmente, o colocado junto ao coração do indivíduo pertence ao rei D. Afonso Henriques (1109-1185) (Gomes, 2007: 68-77).



Fig.16 –Enterramento 2 – (autoria foto e desenho: Rita Balona)

Em Arqueologia, os numismas são um guia a considerar para o balizamento cronológico (Barker, 1982), no entanto, a sua análise e contextualização requer alguma cautela na interpretação da informação recolhida. Deve-se considerar, por exemplo, a possibilidade de moedas fora de circulação terem sido conservadas e selecionadas intencionalmente para acompanhar o defunto. Mas, tomando os numismas como bons indicadores de datação, podemos colocar a morte deste indivíduo, pelo menos, durante o reinado de D. Dinis, sendo deste reinado o numisma mais recente colocado sobre ele. (Fig. 17)

A análise das moedas associadas aos reinados de D. Afonso Henriques e D. Afonso III suscita importantes questões interpretativas que desafiam nossa compreensão. Porquê moedas de três reis diferentes? Porquê estes monarcas específicos? Teria este indivíduo

servido algum deles? A diferença temporal entre os reinados abrange cerca de 150 anos, tornando improvável que um mesmo indivíduo pudesse ter servido aos três soberanos. Considerando a esperança média de vida medieval (entre 30-50 anos), esta hipótese mostra-se insustentável do ponto de vista biológico.

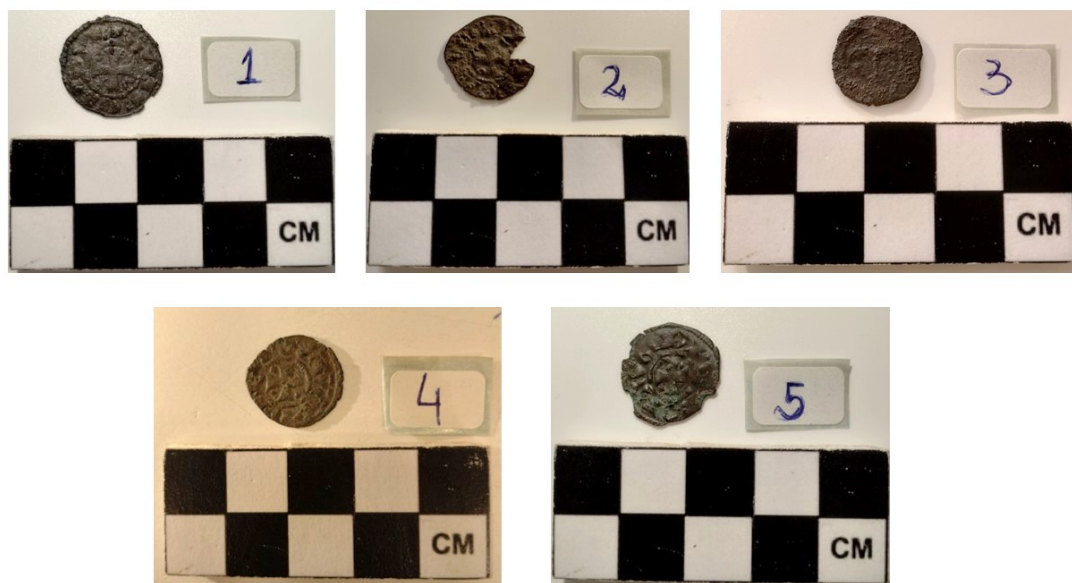


Fig. 17 – Moedas encontradas no Enterramento 2 – (1) D. Afonso III, (2) D. Dinis, (3) D. Afonso Henriques, (4) D. Dinis, (5) D. Dinis (autoria: Rita Balona)

Pertencerá este indivíduo à Ordem de Santiago, para a qual D. Afonso Henriques (Mattoso, 2021), D. Afonso III (Amaral, 2015) e D. Dinis (Pizarro, 2022) foram fundamentais na sua fixação no território português? A presença destes objetos simbólicos no contexto funerário sugere que o indivíduo aqui inumado detinha uma posição de elevada relevância institucional ou hierárquica, possivelmente como um alto dignitário da Ordem – talvez um comendador cuja localização sepulcral era até agora desconhecida.

Um caso paradigmático é o de João Fernandes, primeiro mestre da Ordem de Santiago no ramo português, que exerceu o cargo entre 1290-1297, durante o reinado de D. Dinis, após ter sido comendador-mor de Mértola (Pereira, 2020: 128-130). Embora a data exata da sua morte seja desconhecida, as evidências arqueológicas sugerem uma notável convergência cronológica: os numismas de D. Dinis associados ao enterramento 2 (o mais

recente da sequência cronológica) coincidem temporalmente com o período do seu mestrado. Além disso, as datações por carbono-14 do enterramento 14 (localizado abaixo do 2, portanto mais antigo) indicam um período entre 1227 e 1295, com maior probabilidade entre 1262 e 1288, antecedendo diretamente o seu governo. A conjugação de três fatores fundamentais, tais como a identificação da Igreja de Nossa Senhora dos Mártires em Alcácer do Sal como panteão oficial dos cavaleiros santiagoistas, o carácter excecional dos numismas associados ao enterramento 2, indiciando um ritual funerário de elite e a ausência até hoje de localização conhecida para a sepultura de João Fernandes, torna plausível a hipótese de que este contexto funerário em particular possa corresponder ao túmulo do primeiro mestre português da Ordem de Santiago. A natureza dos numismas associados ao enterramento revela um ritual de exceção, marcado por uma forte carga simbólica e cerimonial, compatível com o estatuto privilegiado do falecido no seio da organização militar-religiosa.

Outro fator que pode indicar a condição deste indivíduo como mestre da Ordem é o local do seu sepultamento: a Capela do Tesouro. Este espaço, anterior à construção da Capela dos Mestres (1333), possivelmente serviu como local de tumulação para mestres ou comendadores-mor em períodos mais antigos. Quando Garcia Peres (1329-1346) ordenou a edificação da Capela dos Mestres, seu irmão, Pedro Escacho, já havia falecido, levando à transladação dos seus restos mortais para o novo panteão (Pereira, 2020: 137). Antes disso, é plausível que Pedro Escacho estivesse sepultado na Capela do Tesouro, única estrutura funerária disponível na época. Essa hipótese é reforçada pelos registos das visitas quinzentistas, nas quais o visitador descreve a presença de uma sepultura em pedra, de grandes dimensões e aspeto antigo, na Capela do Tesouro. Tal evidência sugere que este espaço já teria abrigado sepultamentos de mestres em períodos anteriores, conferindo-lhe um carácter privilegiado e reforçando o significado simbólico das inumações no seu interior.

Surge também outra questão fundamental: quem, ao preparar o corpo deste indivíduo para o sepultamento (Gilchrist, 2008: 119), certamente posterior ao início do reinado de D. Dinis (1279), teria a custódia de uma moeda de D. Afonso Henriques, peça rara que, após 150 anos, poderia ser já considerada uma relíquia histórica ou objeto de significado familiar? Certamente que uma instituição militar, como a Ordem de Santiago, dispunha de prestígio e recursos suficientes para custodiar um objeto de tal importância. Este tipo

de espólio funerário, claramente simbólico, identificado em contraste com as práticas baixo medievais instituídas de despojamento, acentuam o carácter excecional que foi conferido a este indivíduo inumado na Capela do Tesouro (Travaini, 2004: 177).

A presença de alterações patológicas no fémur esquerdo do indivíduo analisado constitui também outro indicador relevante do seu elevado estatuto social. As lesões observadas, de natureza traumática e/ou infecciosa, revelam uma condição crónica que exigiu cuidados médicos prolongados, sugerindo um acesso privilegiado a tratamentos especializados. Este quadro contrasta significativamente com a realidade da maioria da população medieval, para quem tais recursos médicos eram inacessíveis. Como demonstra a documentação histórica (Conedera, 2015: 97), as Ordens Militares mantinham uma rede de hospitais e enfermarias nas suas comendas, destinados ao tratamento dos seus membros. No caso específico de Alcácer do Sal, a historiografia atesta a existência dessas estruturas, mencionando inclusive a figura de Martin Esteves como enfermeiro da Ordem em 1327 (Pereira, 2020: 66). A capacidade de sobreviver por um período considerável com uma patologia grave, graças a cuidados médicos continuados, reforça a hipótese de que se tratava de um indivíduo integrado na elite da Ordem. Esta interpretação é ainda corroborada pelo contexto funerário privilegiado em que foi encontrado, alinhando-se com o padrão esperado para figuras de destaque na hierarquia santiaguista.

O enterramento 2 parece então confirmar os indícios históricos⁶, sobre o uso elitista da Capela do Tesouro pela Ordem de Santiago.

Este ritual de deposição de moedas, apesar de não ser único em necrópoles medievais como já vimos, a quantidade, o local depositado e a cronologia tornam este caso excecional e sem paralelos e também parece que, neste caso, não estamos perante o ritual do Óbolo de Caronte. A tipologia das moedas e todo o simbolismo que elas representam, não parecem ter sido colocadas com a intenção de pagar ao Caronte para a viagem até ao mundo dos mortos. A seleção intencional dos numismas e do local de deposição parece revelar um elaborado ritual associado à Ordem de Santiago.

Como demonstram Booth e Tingle (2021: 254), estas Ordens Militares medievais desenvolveram uma variedade de rituais que combinavam elementos de devoção

⁶ “A “cidade dos mortos” para os freires espatários era a Igreja de Santa Maria dos Mártires que se localizava, isolada, fora do perímetro amuralhado de Alcácer (...) De facto, alguns mestres, comendadores-mores e outros freires santiaguistas, depois da morte, tiveram em Santa Maria dos Mártires, a sua última morada.” In Pereira, Maria Teresa Lopes– “O Santuário de Santa Maria...”, p. 635-675.

religiosa, disciplina militar e cerimónia. No caso específico em estudo, a combinação dos elementos encontrados sugere uma profunda intencionalidade simbólica que transcende a mera prática funerária. A presença de moedas de reinados fundadores da monarquia portuguesa, associada à localização privilegiada do enterramento, aponta para um ritual funerário cuidadosamente planeado. A natureza excecional dos achados em Alcácer do Sal ultrapassa claramente as necessidades funcionais básicas, reforça a interpretação de que estamos perante um ritual complexo, adaptado às especificidades históricas e políticas da Ordem de Santiago no Portugal medieval. Esta análise permite concluir que as práticas funerárias observadas não representam meros costumes locais, mas sim uma provável materialização de um elaborado código simbólico, provavelmente característico das Ordens Militares.

A prática medieval de depositar moedas nos túmulos representa uma sofisticada transformação cultural, onde antigas tradições pagãs foram reinterpretadas através da perspetiva cristã. Enquanto na Antiguidade o óbolo de Caronte servia como pagamento literal para a travessia do rio dos mortos, na Idade Média este gesto adquiriu significados mais complexos e simbólicos (Travaini, 2004: 160-168). O cristianismo medieval manteve o ato de colocar moedas nos enterros, mas infundiu-lhe novos sentidos que refletiam a sua própria visão de morte e eternidade. O objeto deixou de ser visto como moeda de pagamento para se tornar provavelmente num símbolo de memória coletiva, um testemunho material dos laços que continuavam a unir vivos e mortos. Esta prática revela como a sociedade medieval soube integrar elementos de tradições anteriores, reintroduzindo-os dentro de seu sistema de crenças. As moedas funerárias medievais possivelmente operavam simultaneamente em vários planos simbólicos: como marcadores de identidade do falecido, como expressão de esperança na ressurreição e como ponte entre o mundo temporal e o eterno (Travaini, 2004: 165). Esta variedade de significados demonstra a riqueza do imaginário medieval sobre a morte, onde práticas aparentemente simples escondiam camadas complexas de significado religioso e social.

Este tema, apesar das hipóteses apresentadas, continua a suscitar intensa reflexão e investigação por parte da comunidade científica. Por ser complexo, exige cuidado na análise, já que as fontes históricas são incompletas e variadas. Devemos estudar esses rituais funerários com atenção, examinando tanto os achados arqueológicos quanto os documentos históricos. É importante considerar as características específicas de cada local e época, sem tirar conclusões precipitadas.

3.2 - Enterramento 19: o cavaleiro das esporas douradas

Outro caso de estudo particularmente relevante é o do Enterramento 19, que oferece dados significativos para a compreensão das práticas funerárias neste contexto (ver Anexos - Imagem 35).

Este indivíduo encontrava-se inumado na área A, numa sepultura simples, de forma subrectangular, escavada no sedimento, com cerca de 1,92 m de comprimento e 0,50 m de largura. Foram identificados vestígios de tábuas de madeira junto do material osteológico o que confirmou a prática de inumação em caixão (no estilo ataúde, mais estreito na zona dos pés). A sepultura seguia a norma cristã, com uma orientação oeste (crânio) – este (pés).

A deposição do indivíduo ocorreu em decúbito dorsal, com o crânio assente sobre a face esquerda. Ambos os braços estavam fletidos em ângulos ligeiramente superiores a 90°, apoiando as mãos sobre os ilíacos dos respetivos lados. Os membros inferiores estavam estendidos e os pés encontravam-se paralelos entre si. A decomposição terá ocorrido em ambiente semicoberto, leitura apoiada pelo aligeiramento de algumas articulações, mas, sobretudo, pelo abatimento da região torácica e rotação dos pés. O enterramento apresentava uma representatividade óssea excelente (> 75%). A preservação, tal como no caso apresentado anteriormente, era média (25–50%). O crânio foi muito afetado (esmagado) pelo abatimento do caixão e, tal como os restantes ossos, pela humidade e raízes.

Em termos de perfil biológico, este indivíduo revela características morfológicas (crânio) e métricas (úmero, talus e astrágalo) que o classificam como pertencente ao sexo masculino. A idade à morte foi estimada com recurso à fusão das epífises e diáfises e fusão das vértebras sagradas situando-se entre os 24 e os 40 anos. Foi possível estimar a estatura do indivíduo, sendo esta de cerca de 167,2 cm $\pm$ 4,8, sendo o mais alto de todos os indivíduos encontrados na Capela do Tesouro (Relatório Antropológico da Intervenção na Capela do Tesouro).

Observou-se o material osteológico de modo a avaliar a existência de possíveis indícios paleopatológicos. Foi identificado um espessamento na diáfise do perónio direito sugestivo de uma fratura, embora não se vislumbre macroscopicamente a linha de fratura. Os dois calcâneos mostram alterações ósseas concordantes com alterações degenerativas

não articulares. A patologia oral está também presente, observando-se cáries dentárias em dois dentes e algum cálculo dentário. Foi ainda registado um dente com uma hipoplasia de esmalte dentário, indicador de episódios de stresse fisiológico sofridos na infância (Relatório Antropológico da Intervenção na Capela do Tesouro).

O indivíduo 19 foi encontrado isolado, numa cota altimétrica mais baixa, sem quaisquer outros enterramentos sobrepostos ou que o intersectassem. Do ponto de vista contextual, tudo indica que se trata do enterramento "fundador" da Capela do Tesouro — o primeiro a ser ali inumado. Este indivíduo destaca-se por dois elementos particularmente relevantes: alterações ósseas nas inserções musculares, compatíveis com a prática de cavalaria, e a presença de um par de esporas profusamente decoradas, depositadas junto aos seus pés. As esporas, em bronze, não só atestam um cuidado excecional nesta necrópole, distinguindo-o como alguém de provável estatuto social elevado, como reforçam a hipótese de que se tratava, efetivamente, de um cavaleiro.

As esporas, embora tecnicamente classificadas como peças de armamento, constituíam sobretudo um símbolo de nobreza e poder (Barroca, 2003: 122-147). Em uso desde a Época Romana, sofreram contínuas transformações ao longo dos séculos, adaptando-se morfológicamente aos seus utilizadores. O seu domínio exigia uma equitação apurada e o uso incorreto por parte de um principiante podia ter consequências fatais para o cavalo (Solana, 2024: 268-278). Este par completo de esporas de espeto destaca-se por a sua riquíssima decoração, apresentando elaborados baixos-relevos com motivos vegetalistas e representações de animais, fabricado em bronze e finalizado com folha de ouro (ver Anexos - Imagens 37 - 48). As esporas do período em questão, tanto no nosso território quanto nos países vizinhos, raramente exibiam ornamentação muito rica ou qualquer outro tipo de decoração, o que confere a estas peças um carácter excecional (Jakubcinová, 2021). Esporas decoradas possuíam um duplo valor: material e simbólico. A sua ostentação era, incontestavelmente, uma afirmação de estatuto social por parte de seu proprietário. Os cavaleiros que as utilizavam, particularmente esporas douradas, gradualmente ascenderam a posições de destaque, integrando-se a diversas instituições e Ordens Militares de prestígio (Fig. 18).

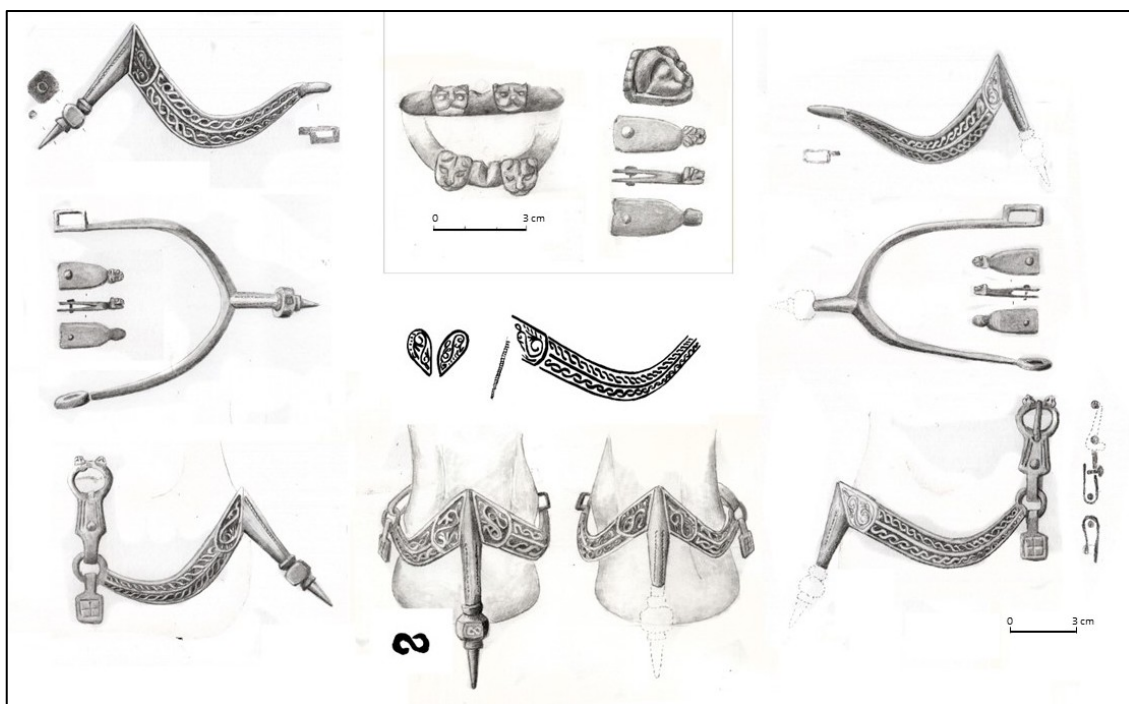


Fig. 18 – Desenho do par de esporas do Enterramento 19 – (autoria do desenho: Guida Casella)

As esporas encontradas na Capela do Tesouro apresentam uma curvatura lateral para se adaptar melhor à anatomia do pé, e tem um espeto alongado. Esta tipologia coloca este par de esporas na segunda metade do séc. XII e inícios do séc. XIII (Barroca, 2003: 135; Rodrigues, 2021). Os séculos XII e XIII, os séculos centrais da Idade Média, assistiram à explosão da figura do cavaleiro. Neste sentido, a Arqueologia ainda tem um longo caminho a percorrer na nossa região. Perante este desconhecimento que a investigação arqueológica tem das questões relacionadas com o dia-a-dia destes cavaleiros ao longo da vida, usufruímos de mais informação quando analisamos o seu comportamento funerário. Nesse sentido, a arqueologia da morte começa a identificar usos particulares, através dos quais se nota como os cavaleiros são claramente diferenciados das classes mais baixas na escolha de seus locais de sepultamento. Os locais escolhidos serão espaços em catedrais urbanas ou mosteiros rurais, procurando evitar, sempre que possível, cemitérios paroquiais comuns (Álvarez-Busto & Fernández Calderón, 2014: 135-152). O Enterramento 19 representa um caso particularmente significativo no contexto da Capela do Tesouro, tendo sido cuidadosamente colocado no espaço central da estrutura (Ver Anexos - Imagem 36), uma localização privilegiada que denota claramente o elevado estatuto social do indivíduo ali sepultado (Fig. 19).

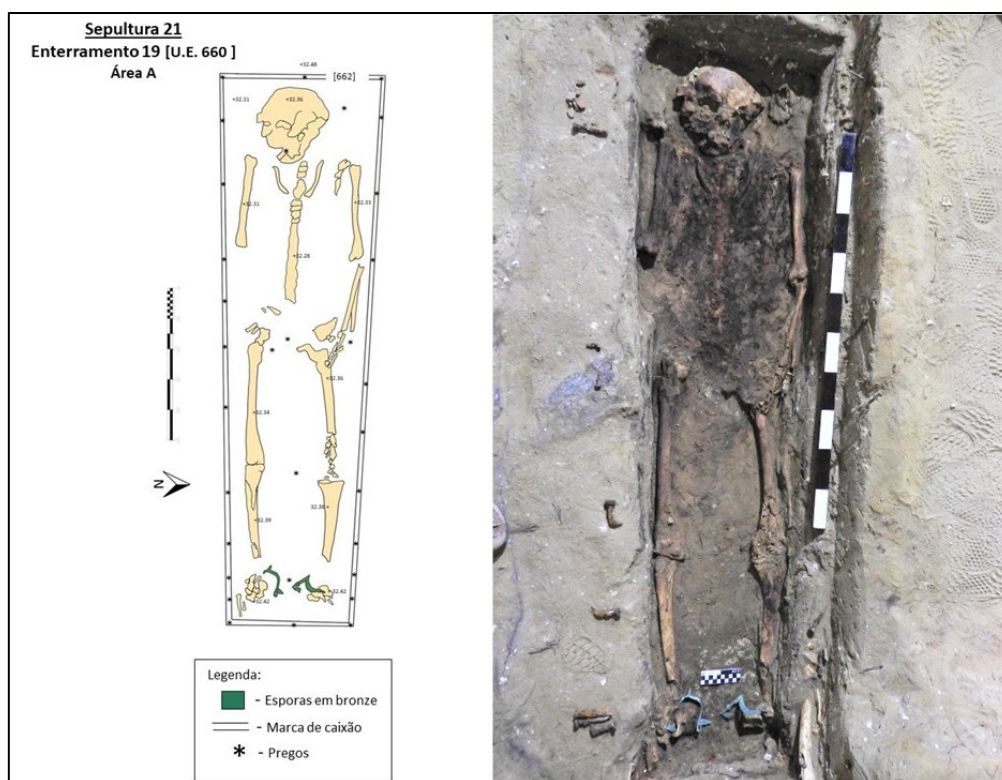


Fig.19 –Enterramento 19 – (autoria foto e desenho: Rita Balona)

Na vizinha Espanha, um paralelo significativo pode ser observado no caso de um cavaleiro sepultado com as suas esporas douradas no Mosteiro de Corias. O seu túmulo ocupava uma posição privilegiada dentro da capela-mor, situado no transepto sul, em posição frontal ao altar dedicado a São Martinho. Trata-se do único enterramento documentado neste espaço, que também abrigava o túmulo do rei Bermudo II e de sua esposa (Álvarez-Busto & Fernández Calderón, 2014: 135-152). Este posicionamento excepcional reflete o estatuto elevado do cavaleiro, que teve acesso a um dos espaços funerários mais exclusivos do mosteiro, distanciando-se inclusive de outros membros da nobreza regional. Estes, em sua maioria, eram sepultados no transepto ou, mais comumente, na nave da igreja, evidenciando uma clara hierarquização no uso do espaço sagrado como reflexo das distinções sociais.

A presença de esporas em contextos funerários, embora não seja um fenómeno generalizado, encontra-se documentada em várias regiões da Península Ibérica a partir do século XII, com particular incidência no século XIII. A distribuição geográfica destes achados concentra-se predominantemente no norte peninsular, especialmente nos territórios do reino de Castela, embora existam registos semelhantes nos reinos de

Navarra e Portugal, tais como: nas escavações do interior do Museu de Évora, onde foram identificados seis pares de esporas, neste caso em ferro, numa necrópole (séc. XII/XIII) de cavaleiros da Ordem de Évora (Ana Gonçalves, 2000: 287-289); em Lisboa, na escavação do cemitério de S. Vicente de Fora (Séc. XII), foram encontradas esporas douradas ligadas aos mortos durante o cerco de Lisboa (Pires, 2022: 235-248; Rodrigues Ferreira, 1983: 4-28); escavações no Castelo de Alarcos, onde foram encontradas esporas datadas dos finais do séc. XII (Juan García *et al.*, 1996: 223-248); presença de um par de esporas ao pé do sepultamento (UE 67) em San Martín de Elines (Gutiérrez Cuenca, 2017: 73-103).

É notável que, todos estes casos, tanto os atestados arqueologicamente quanto os referidos nas fontes históricas, correspondem a enterramentos privilegiados situados no interior de espaços religiosos. Esta consistência no padrão de deposição funerária reforça a associação entre as esporas (particularmente as douradas) e o alto estatuto social dos indivíduos sepultados.

As esporas medievais parecem ainda ter desempenhado um papel significativo nos rituais de investidura cavaleiresca, estando simbolicamente associadas ao ato de armar cavaleiros. Essa ligação é atestada pela representação frequente da colocação de esporas em iconografia europeia, embora não se encontrem referências documentais específicas a essa prática no contexto português (Aguiar, 2015: 13-46). Apesar da ausência de evidências textuais diretas, é plausível que cerimónias semelhantes tenham ocorrido em território português, seguindo os costumes cavaleirescos disseminados pela Europa medieval. Neste sentido, as esporas transcendiam sua função utilitária, transformando-se em poderosos símbolos de identidade e prestígio dentro da ordem cavaleiresca. A sua presença em contextos funerários privilegiados reforça precisamente essa dimensão simbólica, sugerindo que eram entendidas como insígnias do estatuto cavaleiresco mesmo após a morte.

O Enterramento 19 distingue-se ainda pela utilização de um caixão funerário, elemento que reforça o carácter excecional deste sepultamento. Estes recipientes móveis de madeira, cujas diferentes partes eram unidas mediante sistemas de montagem como pregos, grampos metálicos ou encaixes de madeira, permitiam o transporte do corpo até ao local do enterro. Contudo, a sua presença nos contextos arqueológicos medievais não é comum, como comprova o caso paradigmático de San Martín de Elines: entre mais de

uma centena de sepulturas documentadas (Séc. XII-XIV), apenas se identificaram cinco possíveis caixões, com apenas dois casos confirmados (Gutiérrez Cuenca, 2015: 537). A partir do século XIII, embora continuem a ser pouco frequentes, os caixões de madeira reaparecem no registo arqueológico com uma presença significativa, sendo documentados em praticamente em quase todos os cemitérios medievais estudados com o devido rigor metodológico (Gutiérrez Cuenca, 2015: 540).

Esta forma de sepultar sugere duas possíveis interpretações: por um lado, poderá refletir uma prática funerária restrita a indivíduos com elevados recursos económicos nos finais da Idade Média; por outro, não se pode descartar a hipótese de que alguns destes caixões tenham sido utilizados para o transporte a média ou longa distância de personagens de elevado estatuto social, cujos corpos eram trasladados para locais de sepultamento especialmente escolhidos, muitas vezes distantes do local do óbito.

A posição dos braços no Enterramento 19 constitui mais um elemento distintivo face aos demais sepultamentos da Capela do Tesouro, apresentando-se estendidos ao longo do corpo, com as mãos sobre a pélvis. Esta característica assume particular relevância no estudo das práticas funerárias medievais, uma vez que a disposição dos membros superiores tem sido sistematicamente analisada enquanto possível indicador cronológico e veículo de significado simbólico.

Investigações recentes demonstram que a posição dos braços segue padrões diacrónicos específicos, como comprovam os estudos longitudinais realizados por exemplo em necrópoles como Saint-Mexme de Chinon (França). Neste sítio arqueológico identificaram-se três configurações principais com respetivas variantes: durante a Antiguidade Tardia predominavam os braços estendidos longitudinalmente ao corpo; na Baixa Idade Média generalizou-se a flexão dos braços com as mãos pousadas sobre a pélvis; já nos períodos tardios (final da Idade Média e Idade Moderna) impôs-se a chamada "atitude orante", com os braços cruzados sobre o peito. Esta evolução, mais do que meramente cronológica, reflete profundas transformações nas concepções religiosas e nas práticas devocionais medievais (Gutiérrez Cuenca, 2015: 584). A posição dos braços no Enterramento 19 sugere então uma datação para a Baixa Idade Média.

Na ausência de marcadores cronológicos diretos, a datação do Enterramento 19 deve ser estabelecida com base em evidências indiretas. A tipologia das esporas encontradas e as

particularidades do ritual funerário sugerem uma possível cronologia entre os séculos XII e XIII. Contudo, esta atribuição permanece hipotética, carecendo de confirmação através de outros elementos materiais que possam corroborar essa periodização.

A exceção deste enterramento motivou então a realização de uma datação por Carbono 14 (C14) na Universidade de Vilnius (Lituânia), utilizando uma amostra do perónio esquerdo do indivíduo. Os resultados obtidos situam a cronologia do sepultamento entre 1040 e 1218 (com 95% de confiança) com maior incidência entre 1150 - 1213. Contudo, a ampla janela temporal dificulta uma interpretação mais precisa dos dados, pois este intervalo cronológico abrange dois momentos históricos particularmente relevantes para Alcácer do Sal: a conquista de 1160, liderada por D. Afonso Henriques, e a de 1217, no reinado de D. Afonso II. Apesar de ambas as campanhas se enquadrarem no período estabelecido pela datação, a margem temporal demasiado extensa não permite associar com segurança o Enterramento 19 a qualquer um destes eventos específicos (Fig. 20).

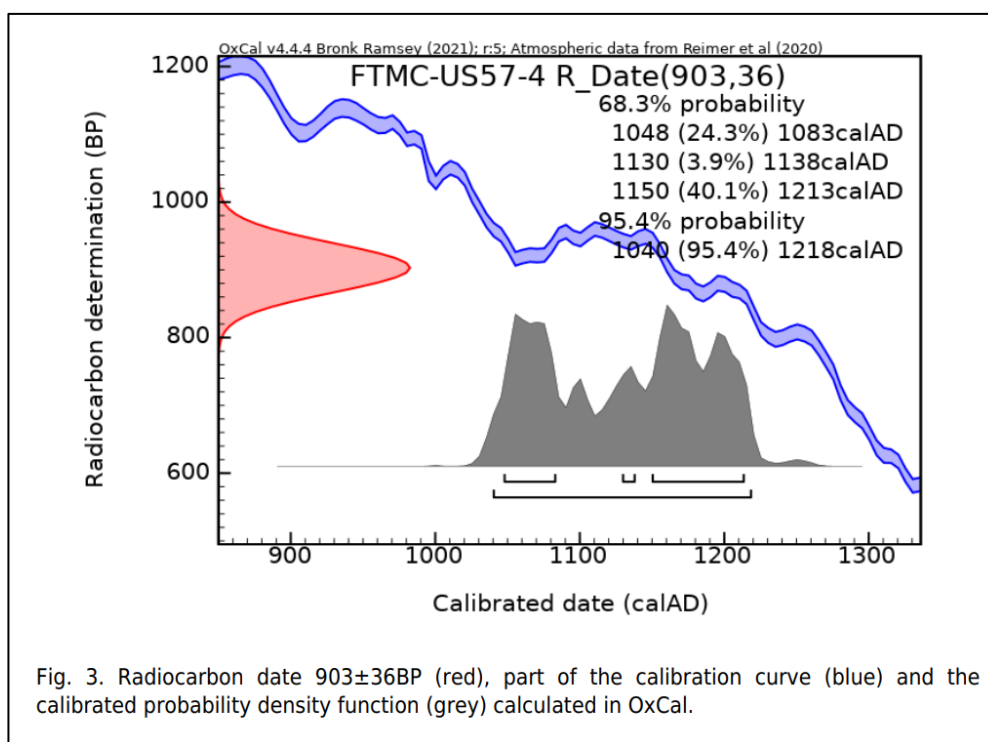


Fig.20 – Resultados da datação por C-14 do Enterramento 19 (autoria: Universidade de Vilnius)

A possível datação do Enterramento 19 para um período anterior ao século XIII, época geralmente aceite para a construção da Capela do Tesouro, abre novas perspectivas de interpretação histórica. Caso se confirme uma cronologia do século XII, este achado poderá obrigar a rever a datação tradicional do edifício, sugerindo uma origem mais recuada do que se supunha. Esta eventual antiguidade do sepultamento coloca ainda a hipótese fascinante de o indivíduo ter testemunhado eventos cruciais da história de Alcácer do Sal. Poderia ter participado na conquista cristã de 1160, liderada por D. Afonso Henriques, ou vivido o conturbado final do século XII, quando a cidade foi temporariamente recuperada pelas forças muçulmanas em 1191. Em qualquer dos cenários, estaríamos perante um personagem diretamente envolvido nos conflitos que moldaram a identidade da região durante o período de Reconquista.

A primeira conquista cristã de Alcácer do Sal, de 1160, permanece envolta em relativo mistério devido à escassez de fontes documentais. O que sabemos, com base nas crónicas medievais e na historiografia posterior, é que D. Afonso Henriques, após a tomada de Lisboa em 1147, empreendeu várias campanhas para consolidar o território a sul do Tejo. Alcácer, estrategicamente situada nas margens do Sado, representava um alvo militar prioritário devido à sua importância económica e defensiva. Quando finalmente conquistada em 1160, a cidade terá ficado sob a guarda de milícias concelhias, enquanto o monarca prosseguia a sua expansão para o Alentejo (Afonso, 2021). A participação do indivíduo 19 neste episódio constitui uma hipótese plausível, embora não comprovada. Sabemos que D. Afonso Henriques recrutou cavaleiros de Santarém ou cavaleiros-vilões para esta campanha, e é possível que alguns cruzados - talvez remanescentes da Segunda Cruzada (1147-1149) - tenham integrado a "cavalgada contra Alcácer", como referido na documentação (Martins, 2007: 602).

A figura do cavaleiro-vilão ocupava um lugar central no sistema militar português do século XII. Inicialmente um privilégio social, a cavalaria vilã transformou-se progressivamente num dever vinculado à posse de determinada riqueza (Aguiar, 2018). Esta transição, particularmente acentuada durante o reinado de D. Afonso Henriques, obrigava os membros desta categoria a apresentarem-se às hostes com cavalo e armamento próprio, condição essencial para manter seu estatuto nos forais municipais (Afonso, 2019).

O sucesso militar do primeiro rei de Portugal assentava numa combinação estratégica entre as milícias concelhias, a cavalaria vilã e, de forma crescente, as Ordens Militares. Se as primeiras forneciam os números e as segundas garantiam contingentes relativamente bem equipados, eram as Ordens Militares que traziam a verdadeira vantagem qualitativa aos exércitos medievais (Martins, 2013). Compostas por guerreiros permanentemente treinados, sujeitos a disciplina rigorosa e livres das limitações temporais que afetavam as tropas concelhias, estas instituições converteram-se em autênticos especialistas de guerra do período. A sua eficácia militar devia-se a múltiplos fatores interligados: o acesso a arsenais bem providos, o controle de redes de fortalezas estrategicamente posicionadas e, sobretudo, uma liderança experiente moldada em anos de combate. Embora no tempo de D. Afonso Henriques a sua presença ainda fosse relativamente pontual, como atestam as crónicas da conquista de Lisboa, as Ordens Militares acabariam por se tornar no principal instrumento da expansão para sul, complementando e depois superando o papel tradicional da cavalaria vilã (Martins, 2013).

A análise do Enterramento 19 poderá sugerir fortemente que estamos perante um cavaleiro-vilão de elevado estatuto social, cuja riqueza e importância se refletem tanto no ritual funerário privilegiado como no equipamento que o acompanha. A presença das esporas douradas, objeto de distinção por excelência na cavalaria medieval, e a localização do sepultamento num espaço central da Capela do Tesouro apontam para um indivíduo que ocupou posição de destaque na sociedade do seu tempo.

A sua condição de cavaleiro-vilão abastado torna ambas as hipóteses plausíveis pois estes cavaleiros constituíam a espinha dorsal das hostes concelhias, e os mais ricos - como parece ser o caso - frequentemente assumiam funções de comando. Mas a avaliação dos dados obtidos até agora - a datação por C14, o contexto histórico e as características antropológicas do indivíduo, podem sugerir uma origem estrangeira, provavelmente vinculada a uma das hostes internacionais que acompanharam D. Afonso Henriques durante a Reconquista. Este cavaleiro poderá ter integrado o contingente de cavaleiros estrangeiros que participaram nas campanhas portuguesas do século XII, tal como ocorreu de forma documentada na conquista de Lisboa em 1147 (Henriques, 2011: 29-45).

A presença de combatentes estrangeiros nas hostes portuguesas era particularmente relevante durante este período. As cruzadas na Península Ibérica atraíam cavaleiros de diversas regiões da Europa, muitos deles vinculados a Ordens Militares como os

Templários ou os Hospitalários. O contexto arqueológico do sepultamento, designadamente a sua localização privilegiada e o espólio funerário, corrobora igualmente a hipótese de se tratar de um indivíduo vinculado a estas Ordens Militares. Estes cavaleiros gozavam de um estatuto social elevado, frequentemente recebendo privilégios e terras como recompensa pelo seu serviço militar. A análise conjunta destes elementos permite-nos vislumbrar a possibilidade de estarmos perante um cavaleiro estrangeiro, possivelmente de origem franca ou germânica, que terá participado nas campanhas de D. Afonso Henriques e encontrado o seu último repouso em solo português. Esta interpretação, embora careça de confirmação através de mais estudos complementares, oferece uma perspetiva fascinante sobre o carácter multicultural das forças militares envolvidas no processo de Reconquista.

A possibilidade de o Santuário do Senhor dos Mártires em Alcácer do Sal ter acolhido os restos mortais dos participantes da conquista de 1160 encontra um paralelo histórico relevante no caso de São Vicente de Fora em Lisboa, onde foram inumados cruzados da conquista de 1147. Esta analogia merece particular atenção, pois revela um padrão de comportamento funerário associado a estes eventos militares decisivos.

O contingente cruzado que auxiliou D. Afonso Henriques na tomada de Lisboa integrava-se na Segunda Cruzada e era composto por guerreiros das mais diversas origens: flamengos, ingleses, normandos, bretões e francos, entre outros (Azevedo, 2012: 100). Apesar da escassa menção às Ordens Militares nas fontes relativas ao cerco, a sua participação é indiretamente confirmada pelas doações territoriais que receberam após a conquista.

Os cruzados alemães que vieram ajudar na conquista de Lisboa escreveram cartas e relatos detalhados sobre como tudo aconteceu, especialmente um cruzado anónimo que assinava como "cruzado R." Nestes documentos antigos, ficamos a saber que os participantes portugueses súbditos do rei D. Afonso Henriques e os cruzados que estavam a caminho de Jerusalém se uniram e lutaram como aliados para conquistar a cidade aos muçulmanos. Estas fontes destacam não apenas os aspetos estratégicos e militares do cerco, mas também as dimensões religiosas e funerárias que conferiam significado espiritual à vitória cristã. Um elemento singular destes relatos é a descrição de fenómenos milagrosos associados aos combatentes falecidos. (Azevedo, 2012: 145).

A organização dos enterramentos revela uma cuidadosa planificação por parte das autoridades cristãs. D. Afonso Henriques, em coordenação com D. João Peculiar, Arcebispo de Braga, estabeleceu um sistema funerário que refletia a diversidade da força cruzada. O rei mandou então construir dois lugares importantes para sepultar os mortos: o local onde hoje é o Mosteiro de São Vicente de Fora para os portugueses e teutónicos e a Igreja de Santa Maria dos Mártires para os cruzados estrangeiros (ingleses e normandos). Estes espaços foram muito mais que simples cemitérios, transformando-se em locais sagrados cheios de significado religioso e histórico⁷. Um dos acontecimentos mais marcantes ocorreu junto ao túmulo do cavaleiro teutónico Henrique de Bona, onde uma palma brotou milagrosamente e cresceu até se tornar uma árvore. Este sinal divino transformou o local num ponto de peregrinação onde as pessoas iam buscar curas milagrosas (Azevedo, 2012: 147). Com o tempo, outros cruzados passaram a ser enterrados perto deste local abençoado, num ritual conhecido desde a antiguidade Tardia como *ad sanctos*.

A Capela do Tesouro, originalmente denominada Igreja de Santa Maria dos Mártires, parece seguir um padrão funerário semelhante ao observado em outros locais de culto medievais. A designação primitiva do santuário, idêntica à da igreja lisboeta que acolheu os cruzados, sugere uma possível função análoga como local de sepultamento de mártires. O Enterramento 19, pela sua natureza e contexto, apresenta características que permitem especular sobre a identidade do indivíduo ali inumado: a possibilidade de se tratar de um cruzado originário do norte da Europa, a eventual ligação com os acontecimentos militares da região e o paralelismo com os enterramentos de São Vicente de Fora. As Visitações Quinhentistas da Ordem de Santiago reforçam esta interpretação ao referirem explicitamente que "*aqui jazem os mártires*" (Cunha, 2012: 437). Esta afirmação, associada à toponímia original do local, pode levantar a hipótese de estarmos perante sepulturas de combatentes da primeira conquista cristã de Alcácer do Sal.

A posição central do Enterramento 19 na Capela do Tesouro revela seu carácter excecional dentro do espaço funerário. Localizado na área mais importante da capela, este túmulo parece ter funcionado como referência sagrada para os demais enterramentos que foram dispostos cuidadosamente ao seu redor ao longo do tempo. A organização dos sepultamentos subsequentes demonstra um claro respeito pelo espaço do Enterramento

⁷ Informação disponível nos processos do Arquivo da Arqueologia Portuguesa: S-01453

19, mantendo-o intacto enquanto novos corpos eram depositados em seu redor. Este padrão de disposição funerária evoca a prática medieval de sepultamento *ad sanctos*, onde os fiéis procuravam repousar próximos de figuras consideradas santas ou mártires, na esperança de partilhar de sua santidade (Mattoso, 1997: 9) tal como o Enterramento 36 que revela sinais fundamentais sobre a evolução espacial da Capela do Tesouro. Situado sob as fundações da ampliação posterior (área B), este indivíduo demonstra ter sido originalmente disposto em relação ao Enterramento 19, seguindo o padrão característico dos enterramentos *ad sanctos*. Apenas a parte inferior do esqueleto permaneceu no interior da estrutura atual, enquanto a parte superior ficou projetada para além dos limites da capela ampliada, evidenciando como as obras de expansão cortaram e parcialmente preservaram este enterramento mais antigo. (Fig. 21)

A configuração espacial desta necrópole sugere que o indivíduo do Enterramento 19 era visto como uma figura de especial importância religiosa ou social - possivelmente um mártir da conquista ou um cavaleiro de elevada estirpe. Seu túmulo central tornou-se polo organizador de todo o espaço sagrado, atraindo outras inumações que buscavam sua proteção espiritual sem, contudo, violar seu espaço reservado (Vilar, 1995: 129).

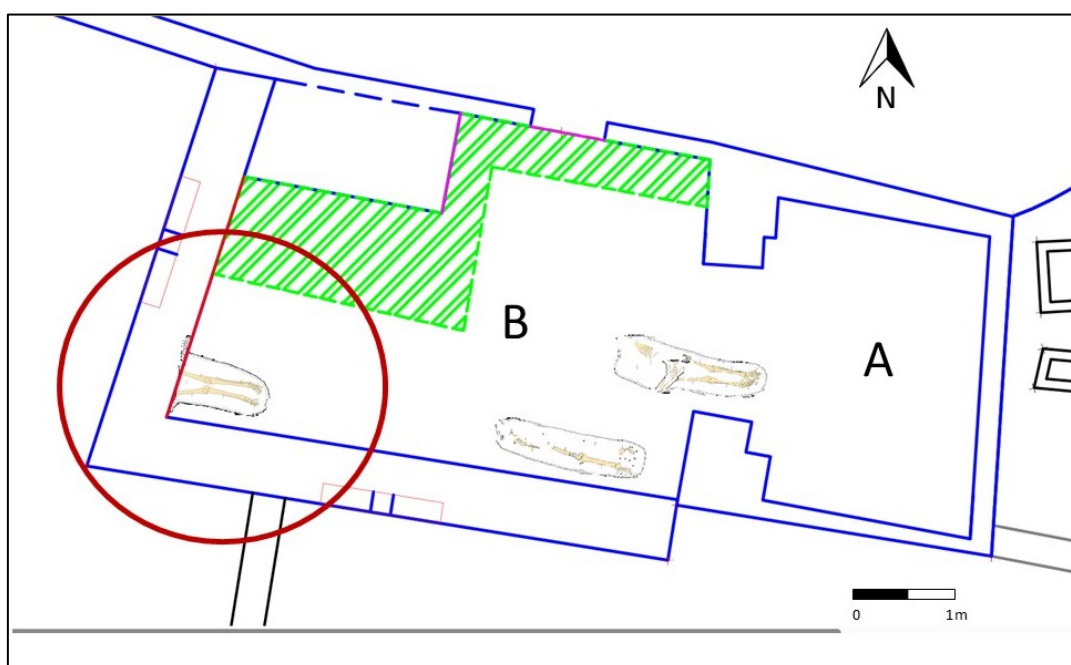


Fig. 21 – Posição do Enterramento 36 (autoria: Rita Balona e João Cardoso)

Desde os primeiros séculos do cristianismo, o sepultamento dentro de igrejas era um privilégio reservado a figuras de elevada importância como santos, mártires e membros da elite religiosa ou política (Oliveira, 2007: 32). No século IV, o imperador Constantino institucionalizou essa prática, ordenando a construção de basílicas sobre os túmulos dos mártires, consolidando assim a ligação entre os espaços sagrados e a memória dos venerados. Nos séculos XII e XIII, essa tradição manteve-se (Boas, 1999: 222). Os indivíduos mais destacados tais como mártires e santos, eram frequentemente enterrados no interior das igrejas, enquanto a população comum repousava em cemitérios exteriores (Oliveira, 2007: 33).

Em muitos casos, as igrejas funerárias eram erguidas à margem dos núcleos urbanos, precisamente para acolher os túmulos dessas figuras exemplares. A localização especial do Enterramento 19 privilegiada no interior do santuário, originalmente denominado Igreja de Santa Maria dos Mártires, sugere que se tratava de um indivíduo de notável relevância, possivelmente um cavaleiro ou guerreiro venerado como mártir. A organização dos enterramentos em seu redor, sem perturbar o seu espaço, reforça a ideia de que este túmulo funcionava como um polo de sacralidade, atraindo outras sepulturas numa disposição *ad sanctos*.

As datações por C14, que situam o Enterramento 19 entre 1040 e 1218, deixam também em aberto a possibilidade de este cavaleiro ter participado ou na primeira conquista de Alcácer em 1160, ou na campanha de 1217. Se a sua morte coincidir com este último evento, surge a questão: quem poderia ser este cavaleiro de estatuto tão elevado?

A segunda conquista de Alcácer foi um momento crucial na consolidação do território português a sul do Tejo. Um cavaleiro sepultado com esporas douradas (símbolo máximo de distinção militar) poderia ter sido um nobre de alta linhagem, talvez mesmo um membro da corte régia, que acompanhou o monarca nesta campanha, um comandante militar de destaque, cuja bravura em combate justificaria um enterramento tão privilegiado ou um cavaleiro de uma ordem militar, dado o papel crucial que estas instituições desempenharam nas conquistas do século XIII. Se ele fosse um nobre ou, quem sabe, um comandante militar de destaque, é provável que a documentação histórica o mencionasse, considerando a documentação produzida na época.

As Ordens Militares eram instituições altamente eficientes na organização e na formação de homens de combate. A sua riqueza assegurava que seus cavaleiros estivessem bem equipados, enquanto o estilo de vida monástico promovia disciplina e um elevado nível de treinamento. Um dos componentes essenciais entre as poucas posses do cavaleiro de um Ordem Militar era o equipamento de seu cavalo (Boas, 2006: 206; Sousa, 2022). Portanto, faz sentido que o indivíduo em questão, ao estar equipado com este tipo de esporas tão ornamentadas, possa integrar estes grupos.

Após 1160, Alcácer do Sal permaneceu sob controlo cristão durante as três décadas seguintes, período em que a cidade contou com milícias concelhias próprias. Em 1185, o rei Sancho I de Portugal doou o castelo de Alcácer à Ordem de Santiago, uma decisão que reforçou a presença militar e religiosa na região dessa mesma Ordem. Mas numa contraofensiva, e longe de desistirem de reconquistar o território, os Almóadas recuperaram Alcácer do Sal em 1191 (Martins, 2007: 747).

Mais tarde, no Concílio de Latrão, em 1215, um prelado português solicitou à Santa Sé que os cruzados que eventualmente passassem pelas costas ibéricas oferecessem apoio na luta contra os muçulmanos (Henriques, 2011: 61). Esse pedido foi prontamente acolhido pela Igreja, o que se refletiu na mobilização de forças para a próxima expedição a Alcácer que ocorreu em 1217. As forças cruzadas que participaram dessa expedição provinham de diversas regiões da Europa, incluindo Flandres, Saxônia, Vestfália e Frísia, todas sob o comando de Guilherme, conde da Holanda (Afonso, 2021) (Fig.22).

Do lado português, o contingente foi composto pelos senhores eclesiásticos e nobres que haviam recebido os cruzados, além das forças das Ordens Militares do Templo, Hospital e Santiago. Também é provável que as milícias concelhias, especialmente as de Coimbra, Santarém e Lisboa, tenham sido mobilizadas, trazendo consigo não apenas cavaleiros, mas também um grande número de peões (Afonso, 2021). Ainda em agosto, as forças sitiadoras receberam o reforço de um novo grupo de cruzados: 32 navios provenientes, provavelmente, da Flandres, mais especificamente das cidades de Utrecht ou Maastricht. Esse grupo parecia distinto daquele comandado por Guilherme da Holanda.

Finalmente, no dia 11 de setembro, 500 cavaleiros templários chegaram à região, prontos para a Batalha de Sítimos, que marcaria o ápice desse esforço conjunto na defesa contra os muçulmanos.



Fig. 22 – *Penny* de Guilherme da Holanda (1213—1222). Achado furtuito junto do Santuário Senhor dos Mártires em Alcácer do Sal, que evidencia a presença desses contingentes europeus na cidade no séc. XIII (autoria: Rita Balona)

O indivíduo 19 poderia ter sido um membro da Ordem do Templo que tombou durante o episódio bélico de 1217 e que, posteriormente, teria sido enterrado como mártir em Santa Maria dos Mártires. No entanto, essa hipótese parece improvável, segundo a documentação histórica da Regra dessa ordem militar. A Regra do Templo, por exemplo, menciona freios, estribos e esporas, especificando sempre que esses objetos não deveriam ser adornados com ouro ou prata. Da mesma forma, a Regra da Ordem dos Hospitalários também se opunha ao uso de decorações e ornamentos dourados (Boas, 2006: 206). Poderia igualmente ter sido um freire da Ordem de Santiago, ordem que desempenhou um papel importante na administração da região ao sul do Tejo, desde a segunda metade do século XII, e que com a recuperação de Alcácer, doada por Afonso II em janeiro de 1218, deslocou o seu convento de Palmela (Fernandes, 2009 e 2015) para a alcáçova da cidade, depois conhecido como a *maison* dos freires. (Oliveira, 2020). Este, teria tombado durante a contenda, assim se tornando um mártir.

Cabe ainda a possibilidade de ter sido um cruzado oriundo dos contingentes do norte da Europa, considerando a sua compleição física, que sugere essa origem. Essa hipótese

poderia explicar a riqueza da ornamentação de suas esporas douradas? Pode ter sido enterrado como mártir, assim como ocorreu em Lisboa, onde um cruzado mártir foi sepultado em um local que se tornou símbolo de milagres e devoção religiosa? Também em Lisboa, o local onde foram enterrados cruzados europeus recebeu o nome de Santa Maria dos Mártires, reforçando a ideia de um culto associado a esses guerreiros santificados.

O que é certo, é que a localização do seu túmulo no centro da capela, bem como a riqueza do seu espólio, sugerem que se tratava de uma figura de reconhecido prestígio, cuja memória foi intencionalmente preservada. Se associado à conquista de 1217, este indivíduo poderia ter sido um dos protagonistas esquecidos desse episódio bélico – um guerreiro cuja morte em combate lhe terá valido a honra de repousar como mártir na Capela do Tesouro. A conjugação destes fatores acima mencionados, permite-nos especular que o Indivíduo 19 não foi apenas testemunha, mas provavelmente ator relevante nos episódios decisivos da Reconquista nesta região. A ausência de registos escritos sobre estes eventos confere a este sepultamento um carácter de testemunho arqueológico excecional, oferecendo uma janela única para a compreensão de um período crucial da história portuguesa que permanece mal documentado nas fontes escritas.

3.3 - Memória dos Mártires

Durante as escavações na Capela do Tesouro, foram surgindo um conjunto de estruturas pétreas com argamassa, ao nível das fundações do corpo da igreja principal. Pela sua volumetria, estas estruturas deverão corresponder a um edifício de consideráveis dimensões, sobre o qual posteriormente se ergueu a Capela do Tesouro, indicando assim uma construção de cronologia anterior. As estruturas identificadas ao longo da face norte da Capela revelam tratar-se de uma construção contínua que se prolonga para o exterior, culminando em forma de abside (ver Anexos - Imagens 49-52).

Junto à abside, foram identificadas quatro estruturas, que podem ser contrafortes, todas com as mesmas medidas e distâncias entre si (estruturas 4, 6, 7 e 8) (ver Anexos - Imagens 26 e 27). Ao analisar essas possíveis estruturas, observou-se que, no interior da Capela, existem ainda duas outras semelhantes. Uma delas, denominada Estrutura 9, localiza-se dentro da fundação da parede leste da Área A, sendo visível apenas o perfil no interior,

enquanto o restante da estrutura se encontra na Área C. Outra estrutura, possivelmente mais um contraforte, foi identificada na base do arco norte (Estrutura 11). Ela mantém a mesma distância em relação aos outros contrafortes e apresenta características semelhantes. Se confirmada, a evidência aponta para a existência de seis contrafortes, e não apenas quatro, junto à abside, o que realça a monumentalidade do possível edifício que teria existido sob o Santuário do Senhor dos Mártires (Fig. 23).

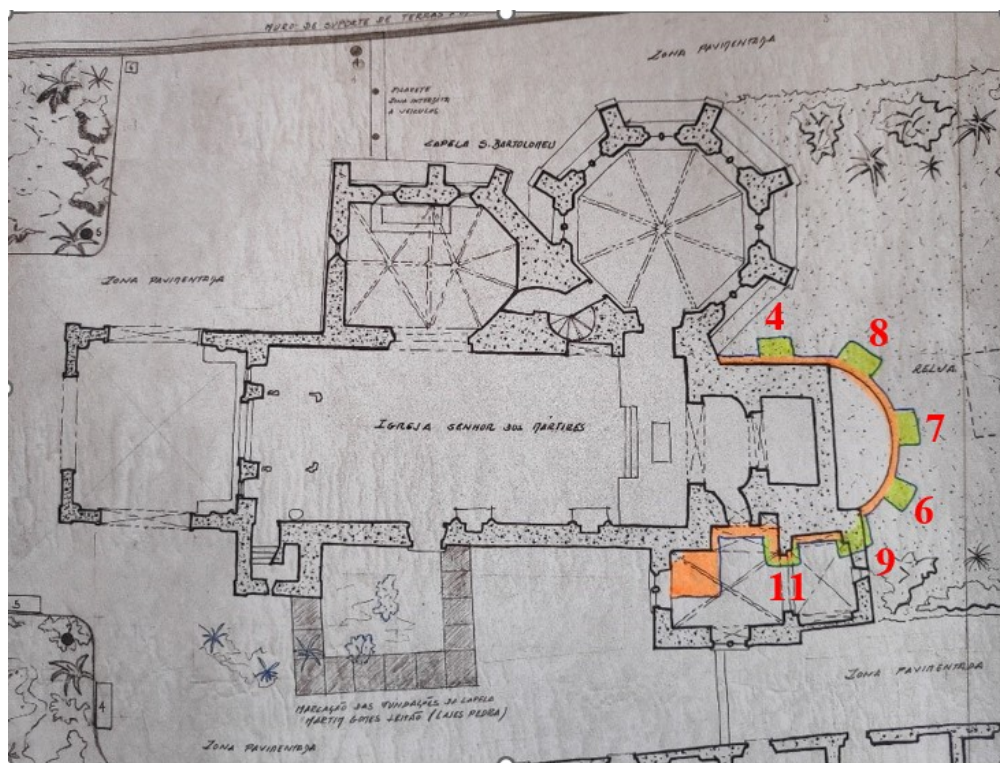


Fig. 23 – Contrafortes encontrados durante os trabalhos arqueológicos (autoria: Rita Balona)

Esta abside é ainda visível hoje, exibindo uma espécie de 'barriga' que terá sido reconstruída nos anos 70 sobre uma estrutura pré-existente (Fig. 24). A forma circular sempre foi intrigante, pois não é comum edifícios religiosos terem esse tipo de construção anexada ao seu corpo principal. Agora, com as escavações arqueológicas no local e a descoberta dos possíveis contrafortes, a estrutura ganhou uma nova interpretação: pode tratar-se, de facto, da abside de um antigo edifício cuja existência até então era desconhecida.



Fig. 24 – Fotografia antiga do tardo do edifício, onde é possível ver a estrutura da abside antes da reconstrução. (autoria: Arquivo CMAS)

Com base na planta revelada pelas escavações, é possível propor uma reconstituição hipotética da sua configuração original, recorrendo a paralelos arqueológicos documentados noutros locais. A abside com as suas estruturas aparentemente contrafortadas encontra um notável paralelo, por exemplo, no sítio paleocristão de La Losilla (Espanha), onde as escavações revelaram uma abside com elementos semelhantes aos identificados no Santuário do Senhor dos Mártires (Stylow, 2024). Esta comparação sugere possíveis soluções arquitetónicas comuns no período, permitindo-nos avançar com uma interpretação mais fundamentada da possível planta original do edifício. No caso de Alcácer do Sal, a análise da planta sugere a existência de um edifício de nave única, eventualmente dotado de transepto. Esta hipótese é reforçada pela identificação de estruturas que poderão corresponder ao início de um transepto na área da Capela do Tesouro. Contudo, a confirmação definitiva desta configuração arquitetónica depende necessariamente de mais intervenções arqueológicas no local (Fig. 25).

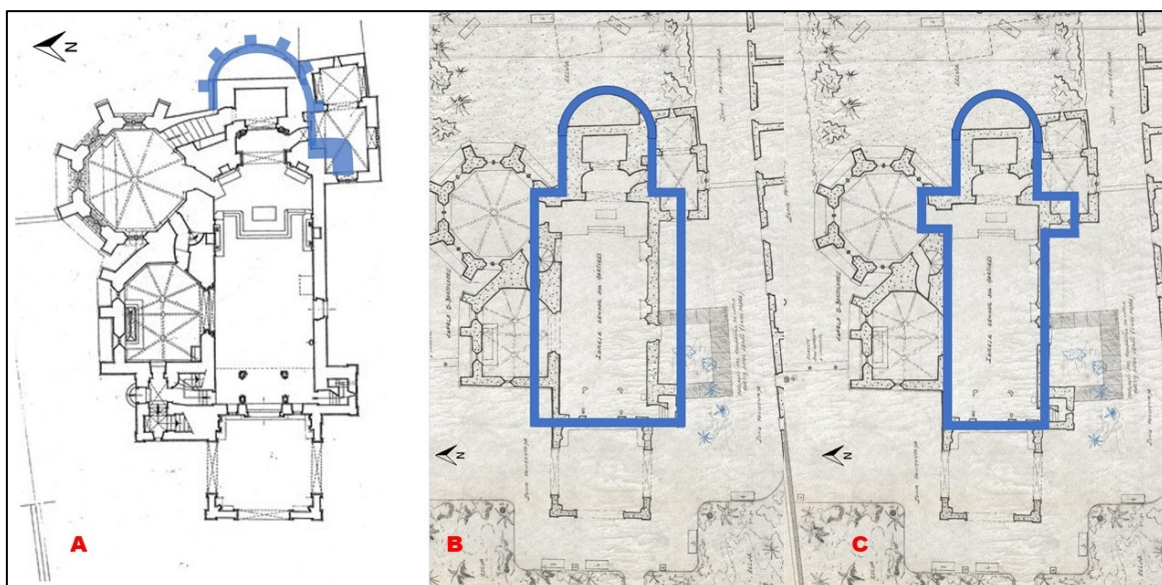


Fig. 25 – A) estruturas encontradas durante as escavações. B) Interpretação de planta. C) Interpretação da planta com transepto (autoria: Rita Balona)

As suas características (antiguidade, forma e localização estratégica) corroboram com a hipótese de tratar-se de um possível edifício pré-românico, confirmando a permanência do valor sagrado deste espaço através dos séculos. Não só atesta a continuidade da sacralidade do local, como reforça o seu profundo carácter cristão.

A reutilização de espaços sagrados cristãos, como a construção de igrejas medievais sobre basílicas paleocristãs, é um fenómeno complexo que reflete continuidades religiosas, estratégias de poder e adaptações materiais. Os edifícios cristãos primitivos (séc. IV-VII) consagravam locais associados a mártires ou cultos ancestrais. Muitas escavações em espaços religiosos na Península Ibérica e na Europa Ocidental revelam alicerces paleocristãos sob estruturas medievais, comprovando a intencionalidade de preservar a sacralidade (Gutiérrez Cuenca, 2015: 431). Temos como exemplo o caso da Ermida de São João dos Azinhais (Alcácer do Sal), onde uma ara romana foi reutilizada para uma inscrição dedicada aos mártires romanos Justus e Pastor, encontrada embutida na parede da ermida (Wolfram, 2011), a Capela de São Domingos em Torre de Palma⁸, Igreja de San Martín de Elines (Cantábria) onde foram realizadas escavações arqueológicas que

⁸ CNS 331.

permitiram documentar a planta de uma igreja pré-românica (Gutiérrez Cuenca, 2017) e também o exemplo da Igreja de São Jorge em Ficalho (Wolfram & Soares, 2014).

No século IV, depois de Constantino I (313 d.C.) ter tornado o cristianismo a religião oficial do Império Romano, os cristãos passaram a construir edifícios maiores e mais ornamentados para realizar os seus rituais religiosos, tanto nos centros urbanos como em zonas exteriores às cidades (Torres, 1993, p. 26). A persistência (ou reinvenção) do culto cristão durante o período medieval manifesta-se de forma particularmente expressiva na sobreposição arquitetónica documentada em diversos sítios arqueológicos, onde ermidas ou igrejas medievais foram edificadas junto a antigos templos paleocristãos. No caso específico em análise, a implantação da igreja medieval sobreposta às estruturas de um antigo edifício sugere uma continuidade cultural deliberada, possivelmente centrada na veneração dos santos mártires romanos ou então uma estratégia de legitimação religiosa através da apropriação de locais já sacralizados (Wolfram, 2011: 47).

As antigas necrópoles situadas fora dos circuitos urbanos constituíram espaços privilegiados para a edificação de basílicas funerárias que funcionavam como elementos de coesão cultural e perpetuavam o culto aos antepassados (Torres, 1993: 26). No caso específico do Santuário do Senhor dos Mártires a área circundante apresenta uma marcada vocação funerária com continuidade milenar. A existência de uma necrópole romana adjacente terá sido provavelmente o fator determinante que motivou a construção da basílica tardo-antiga neste local. Esta relação espacial e funcional entre a necrópole e o edifício cultural reforça a noção de continuidade ritual e sacralização do espaço ao longo dos séculos.

A existência prévia desta possível basílica fortalece significativamente a hipótese de que, numa fase posterior, se tenha erguido uma capela funerária e procedido à deposição dos chamados "mártires". Esta sequência construtiva e ritual explicaria a posterior designação do edifício como Igreja da Senhora dos Mártires.

A presença da basílica neste contexto levanta questões fundamentais sobre a sua possível relação com tradições de veneração a mártires romanos, colocando a hipótese de ter ocorrido neste local a deposição de relíquias cuja memória se perdeu na documentação histórica. O culto aos mártires emergiu como um fator decisivo na expansão do Cristianismo sendo particularmente relevante a veneração de sepulturas de indivíduos martirizados que atraía tanto fiéis como novos convertidos (Wolfram, 2011: 109).

Durante os primeiros séculos do Cristianismo a recuperação e culto dos corpos dos mártires tornou-se uma prática significativa dando origem ao que se convencionou chamar de "culto dos mártires". No início, o culto era praticado livremente pelas comunidades, mas com o tempo a Igreja passou a supervisioná-lo diretamente, para manter o controlo sobre as formas de devoção sobre as relíquias e peregrinações associadas (Wolfram, 2011: 109-111). Esta evolução materializou-se na paisagem através da construção de edifícios que em muitos casos foram posteriormente integrados em basílicas funerárias erigidas sobre os túmulos dos mártires. Embora este padrão arquitetónico e devocional seja mais frequente nas áreas suburbanas, o caso em estudo sugere a possibilidade da sua extensão a contextos mais rurais abrindo novas perspetivas sobre as estratégias de evangelização destes territórios periféricos e sobre a circulação de relíquias para além dos centros urbanos.

A Ordem de Santiago oferece um caso paradigmático, por exemplo, da apropriação do culto dos mártires com a descoberta das sepulturas de Veríssimo, Máxima e Júlia em Santos-o-Velho, em Lisboa. Este episódio insere-se num contexto específico de afirmação política e religiosa. No sítio da pequena igreja originalmente mandada edificar por D. Afonso Henriques, instalaram-se, depois de 1194, alguns freires clérigos da Ordem e na década de trinta do século XIII organizou-se a comenda (Fernandes & Oliveira, 2005) o que demonstra como o culto dos mártires foi estrategicamente utilizado para legitimar a presença e ação das Ordens Militares em territórios recentemente conquistados (Gameiro, 2007).

O caso de Alcácer pode sugerir a possível existência de um culto de mártires na Antiguidade Tardia. Essa hipótese é reforçada por uma pista documental relevante encontrada nas visitas quinzentistas. Nos registos de 1552 da igreja de Santa Maria dos Mártires menciona-se especificamente a presença de uma bolsa de veludo carmesim contendo relíquias guardada numa cavidade de mármore sob a campa do altar principal (Cunha, 2012: 188).

Esta descoberta material constitui um indício significativo da persistência de práticas devocionais ligadas ao culto de mártires neste local apontando para uma possível continuidade ritual desde períodos anteriores. Entre os séculos V e VIII o culto dos mártires transformou-se profundamente dando origem à prática conhecida como culto das relíquias. Nos séculos V e VI começaram a construir igrejas sobre os túmulos dos mártires para preservar as suas relíquias ou então traziam ossos e objetos sagrados de outros

lugares para colocar em igrejas novas, podendo ser restos de santos locais como bispos ou de mártires de regiões distantes. Mais tarde a partir do século VIII a Igreja tornou obrigatório que todas as novas igrejas tivessem relíquias colocadas debaixo do altar principal criando assim uma ligação física e espiritual entre o edifício sagrado e a veneração dos santos (Alarcão *et al.*, 1995).

O caso de Alcácer apresenta questões complexas sobre o significado da basílica encontrada. A presença desta estrutura pode estar, por exemplo, relacionada com a necrópole romana próxima, sugerindo uma função de apoio ao espaço funerário. Quanto à designação "mártires" e à continuidade sagrada do local, estas podem refletir não necessariamente um culto dos mártires tradicional, mas sim outros significados ou reinterpretações posteriores do espaço sagrado.

Na Plena Idade Média as igrejas românicas foram gradualmente surgindo, mantendo, contudo, a planta basilical tradicional como parece ter ocorrido no Santuário do Senhor dos Mártires onde se implantaram capelas medievais sobre a estrutura encontrada. O facto de todas estas capelas possuírem carácter funerário sugere uma intencional continuidade desta função possivelmente herdada desde a Antiguidade Tardia. A escolha deste local pela Ordem de Santiago para estabelecer o seu panteão e perpetuar a tradição dos mártires não parece casual. Alcácer do Sal foi palco de dois importantes episódios bélicos durante a Reconquista Cristã, como já referido, levantando-se a questão sobre o paradeiro dos combatentes falecidos nestes confrontos. É plausível que quando os cristãos chegaram a Alcácer no século XII a estrutura ou parte dela ainda estivesse visível, e pela sua evidente carga simbólica cristã tenha sido reaproveitada para práticas religiosas muito provavelmente funerárias, mantendo assim uma memória do uso do sagrado ao longo dos séculos seguintes.

Durante este período, observa-se um esforço sistemático para transladar os corpos dos combatentes falecidos para solo consagrado, garantindo-lhes sepultamento segundo os rituais cristãos estabelecidos. Enquanto os membros da elite recebiam sepultamentos individuais no interior das igrejas, privilégio que refletia o seu estatuto social, as tropas comuns eram inumadas em valas coletivas situadas nos cemitérios anexos aos templos religiosos (Curry, 2019).

O caso de Alcácer do Sal apresenta características particulares que podem sugerir uma possível associação entre o culto dos mártires e os combatentes falecidos durante os

episódios bélicos da Reconquista. A hipótese de que os denominados "mártires" correspondam aos guerreiros cristãos tombados durante a primeira tomada de Alcácer pelas mãos das forças muçulmanas (como poderá ser o caso do Enterramento 19), merece uma consideração mais atenta, embora exija comprovação documental e arqueológica mais rigorosa. A análise do historiador José Custódio Vieira da Silva (1995) aponta que a Capela do Tesouro "*terá sido a primeira construção erguida pelos Cavaleiros de Santiago na sua primeira fixação em Alcácer do Sal, antes mesmo da construção da "Igreja dos Mártires", à qual se uniu posteriormente*". É evidente que o autor se refere à primeira vez que a Ordem de Santiago se fixa em Alcácer do Sal, no segundo quartel do século XII.

Olhamos agora para um exemplo em Espanha. Na Ordem de Calatrava, sob a invocação de Nossa Senhora dos Mártires, a Virgem Maria assumiu a função simbólica de guardiã dos cavaleiros falecidos na batalha de Alarcos (1195) e de todos os combatentes da ordem tombados em confrontos contra as forças muçulmanas. Cinco anos após estes eventos, em 1217 a sede principal da Ordem foi transferida para Calatrava la Nueva, cuja construção priorizou claramente as necessidades defensivas em detrimento da tradicional associação a locais de martírio (Zapata Alarcón, 1996). Esta mudança, contudo, não significou o abandono da dimensão sagrada pois durante a transferência foram transportados tanto a imagem da Virgem como os restos mortais dos combatentes de Alarcos cujo sacrifício serviu para legitimar religiosamente o novo assentamento. O espaço escolhido para acolher estes vestígios foi uma planície a oeste do castelo batizada como Campo de los Mártires que funcionava como cemitério conventual principal da ordem recriando na prática o conceito paleocristão de *martyrium* (Zapata Alarcón, 1996). Os chamados "mártires" neste contexto referem-se especificamente aos cavaleiros medievais da Ordem de Calatrava que pereceram na Batalha de Alarcos, cujo sacrifício foi posteriormente sacralizado pela Ordem.

Outro exemplo é o caso de São Vicente em Lisboa. Os registos históricos atestam a persistência de uma devoção aos santos moçárabes no período imediatamente posterior à conquista de Lisboa, embora este culto tenha aparentemente perdido força pouco tempo depois. Entre estas novas formas de culto destacam-se por um lado a veneração do cavaleiro Henrique de Bona, falecido em combate contra as forças muçulmanas e considerado mártir da fé após a ocorrência de milagres junto ao seu túmulo, e por outro lado a partir da década de 1170 o culto a São Vicente que se tornou padroeiro da cidade

de Lisboa superando em importância todos os outros santos de origem local (Gameiro, 2007). Este fenómeno reflete uma transformação mais ampla nas práticas religiosas da época marcada pela gradual substituição dos cultos moçárabes por devoções mais alinhadas com o espírito da Reconquista e com os interesses político-religiosos do período.

Também a relação espacial entre os cemitérios e os edifícios religiosos remonta à prática do enterro *ad sanctos* desenvolvida pelas primeiras comunidades cristãs no Mediterrâneo a partir do século III. Como já foi explicado noutro capítulo desta dissertação, esta tradição caracterizava-se pela busca intencional de sepultamentos junto aos túmulos dos mártires ou das suas relíquias, visando tanto a salvação espiritual dos defuntos quanto a proteção física dos corpos contra possíveis violações. Com a evolução das práticas cristãs o próprio espaço religioso assumiu progressivamente o papel protetor que originalmente pertencia aos santos tornando-se o edifício da igreja e todo o seu recinto litúrgico no elemento central que garantia a segurança e sacralidade dos enterros. Este processo histórico reflete uma transformação profunda na conceção cristã da morte onde as igrejas gradualmente substituíram a presença física das relíquias como mediador da proteção divina (Gutiérrez Cuenca, 2015: 425).

A ocupação do local onde se encontra atualmente a Capela do Tesouro, eventualmente pela Ordem de Santiago, aconteceu aos poucos, seguindo uma lógica clara de expansão: (1) primeira fase (século XII-XIII): construção da Capela do Tesouro (estrutura românica, mais simples e funcional que serviria para receber enterramentos privilegiados) e provavelmente o primeiro estabelecimento no local após a conquista de D. Afonso Henriques, ou após a doação de D. Sancho I ou ainda construído após a tomada de 1217; (2) segunda fase (séculos XIII-XIV): ampliação para a Igreja dos Mártires (edifício maior e mais simbólico) e a consolidação do espaço como centro religioso e funerário da Ordem com a construção da Capela dos Mestres.

A descoberta de uma estrutura mais antiga sob o Santuário do Senhor dos Mártires reforça a relevância histórica e arqueológica de Alcácer do Sal, destacando o seu valor sagrado ao longo dos séculos. A escolha deste local pela Ordem de Santiago como panteão dos seus membros não foi casual. O seu significado simbólico e estratégico, aliado à possível herança de um culto anterior, transformou-o num espaço de memória e devoção. Contudo, para confirmar e aprofundar estas hipóteses, são essenciais novas intervenções arqueológicas, realizadas com metodologia rigorosa e em diálogo constante com a investigação histórica. Só assim será possível desvendar por completo os segredos deste monumento e compreender o seu papel na história da região e da Reconquista Cristã (Fig. 26).



Fig.26 – Vista aérea da localização do Santuário do Senhor dos Mártires, onde se pode visualizar as zonas das necrópoles (a Sul a Necrópole da Idade do Ferro e a Norte a Necrópole romana). Foto orientada N-S (autoria: Flávio Biscaia)

4 - Considerações finais

Neste estudo – *Um Novo Olhar sobre a Capela do Tesouro* – foi proposta uma reavaliação do monumento, integrando novas perspectivas e abordagens teóricas. As escavações realizadas permitiram revelar dados inéditos que contribuíram significativamente para o seu conhecimento científico em dois aspetos principais: por um lado esclarecer o uso funerário específico do Santuário do Senhor dos Mártires e, por outro, trazer novas luzes sobre as práticas funerárias das Ordens Militares ativas durante o período da Reconquista cristã. Estes resultados não apenas enriquecem a compreensão deste sítio em particular, mas também abrem novas linhas de investigação sobre os rituais funerários e a organização espacial dos espaços sagrados associados às Ordens Militares na Península Ibérica durante este período crucial da História.

Os trabalhos arqueológicos realizados na Capela do Tesouro validaram tanto as características arquitetónicas funerárias do edifício como as informações documentais provenientes das visitas quincentistas. No interior da capela, foi identificada uma necrópole datada dos períodos medieval e moderno, cuja análise revelou um marcante carácter militar (particularmente na denominada Área A), achado que confirma a estreita ligação deste espaço com a Ordem de Santiago, conforme atestado pelas fontes históricas. Um caso paradigmático desta associação é o de Afonso Martins, cavaleiro do século XIV, que em seu testamento expressou o desejo de ser sepultado em Santa Maria dos Mártires, especificamente na capela de seu avô, Dom Gonçalo Fernandes. Este registo documental não apenas comprova o uso funerário contínuo do local pela Ordem, como também ilustra a transmissão geracional dos direitos de sepultura entre os membros da elite santiaguista, reforçando a identidade e a memória deste espaço sagrado.

A Capela do Tesouro foi também conhecida como Capela dos FONSECAS e ABREUS, denominação que provavelmente se aplicava à Área B, a qual se revelou como uma zona de necrópole mais diversificada, situada próxima a uma população natural. Esta característica está em sincronia com o uso deste espaço por familiares de membros da Ordem de Santiago e/ou por doadores e patrocinadores da instituição. A análise arqueológica também demonstrou que esta área apresenta um perfil antropológico mais variado em comparação com a Área A, sugerindo práticas funerárias que incluíam não apenas os cavaleiros da Ordem, mas também indivíduos ligados a eles, por exemplo, por

relações de parentesco (Pereira, 2009). Esta distinção espacial e social reflete o modelo típico das Ordens Militares medievais, onde os espaços funerários eram organizados de forma a acomodar tanto os membros regulares da instituição quanto os seus apoiantes. A dupla designação que chegou a ter espelha precisamente esta dupla função do espaço, funcionando simultaneamente como local de culto e memória para a Ordem e como expressão de prestígio e rede de influências familiares. Esta interpretação é apoiada por evidências materiais e documentais que indicam o uso continuado da área por gerações sucessivas das famílias mencionadas, configurando-se assim como um verdadeiro panteão familiar dentro do complexo religioso-militar.

O espólio encontrado – incluindo adornos, apliques de vestuário, um par de esporas, crucifixo, botões e outros artefactos – reforça a relevância social dos indivíduos ali inumados. Os rituais funerários atípicos, como os enterramentos em caixão, a deposição de moedas e o *ritual ad sanctos* identificado junto ao Enterramento 19, além da predominância de inumações de adultos do sexo masculino (especialmente na área A), sugerem tratar-se de uma necrópole selecionada, possivelmente vinculada a um grupo específico. A análise paleopatológica preliminar valida essa interpretação, apresentando indícios compatíveis com um contexto militar medieval.

O conjunto de enterramentos fazia-se acompanhar de diversos numismas, depositados tanto *in situ* quanto dispersos no sedimento que os cobria. Embora esta prática pudesse remeter ao antigo ritual de Caronte, o aspeto verdadeiramente notável reside no volume excecional de exemplares recuperados em contexto espacialmente delimitado. Foram recolhidas aproximadamente 130 moedas nesta necrópole, abrangendo um arco cronológico desde o período da Primeira Dinastia até ao reinado de D. Sebastião.

É aqui que se destaca o Enterramento 2, inumado sob um dos arcossólios da capela, cujo contexto funerário apresenta particularidades excecionais: a deposição *in situ* de cinco moedas, ainda em posição primária durante a escavação, que sugere um ritual de elevado simbolismo, até agora sem paralelos conhecidos na arqueologia das Ordens Militares. A singularidade deste caso reside não apenas na localização precisa das moedas (estratigraficamente associadas ao corpo), mas também na seleção cronológica dos numismas, cujos reinados representam figuras-chave para a Ordem de Santiago. Tal característica afasta a hipótese do *óbolo de Caronte*, prática comum, mas de natureza distinta, e aponta para um simbolismo próprio, possivelmente vinculada à hierarquia

interna da Ordem. A importância deste indivíduo inumado é incontestável: a combinação entre a localização privilegiada (arcossólio na capela), o carácter único do ritual e a escolha criteriosa de moedas (de reinados estrategicamente escolhidos) reforça a teoria de que se tratava de uma figura de elevado estatuto dentro da organização. Contudo, o significado preciso desta prática permanece em aberto, exigindo análises comparativas com outros contextos monástico-militares peninsulares.

Embora os numismas constituam o elemento simbólico mais abundante, destacam-se igualmente duas esporas completas, ainda *in situ* nos pés do Enterramento 19. Este par excepcional, fabricado em bronze e revestida a folha de ouro, apresenta uma decoração única, com baixos-relevos de motivos vegetalistas e zoomórficos de grande fineza técnica. A deposição destas esporas para além de atestar uma prática funerária singular nesta necrópole, distinguindo claramente o indivíduo inumado como detentor de um elevado estatuto social, constitui um indicador material direto do seu estatuto de cavaleiro. A posição estratigráfica deste enterramento reforça a sua relevância: localizado no núcleo central da capela, sob um sedimento interpretado como piso primitivo e sem sobreposições funerárias, sugere uma cronologia fundacional. A sua altimetria e contexto de deposição ("escondido" sob o piso) permitem propor que se trate não apenas de um dos enterramentos mais antigos, mas potencialmente o mais importante do espaço sagrado com forte carga simbólica para a comunidade.

Devido ao carácter excepcional deste contexto funerário, foi realizada uma datação por radiocarbono (C14) no Laboratório da Universidade de Vilnius (Lituânia). Os resultados, calibrados com 95% de confiança, situam a cronologia do enterramento entre 1040 e 1218. Esta datação introduz novas perspetivas sobre a cronologia da Capela, sugerindo uma possível origem mais recuada do que inicialmente assumido. Caso confirmada, esta revisão cronológica poderá revelar novos dados sobre eventos fundacionais e dinâmicas sociopolíticas na história medieval de Alcácer do Sal, eventualmente redefinindo o entendimento sobre a ocupação cristã primitiva no local.

Os próximos passos da investigação incluirão análises de isótopos para determinar padrões de mobilidade geográfica e dieta, seguidas de estudos de ADN antigo (aDNA). Estes métodos complementares permitirão: caracterizar o perfil biológico do indivíduo (por exemplo a origem geográfica), contextualizar o seu estatuto dentro da comunidade (dieta como marcador social) e validar/refutar hipóteses sobre o papel fundacional do

enterramento. Os resultados esperados, combinados com os dados já obtidos (C14, espólio), poderão redefinir significativamente a história do monumento.

Durante os trabalhos arqueológicos na Capela do Tesouro, foi também identificado um conjunto de estruturas em pedra e argamassa, localizadas ao nível das fundações do corpo principal da igreja. A sua volumetria considerável e características construtivas sugerem a existência de um edifício de grandes dimensões, sobre o qual terá sido erguida a atual capela indicando, portanto, uma fase construtiva anterior. Estas estruturas, que se desenvolvem ao longo do lado norte da capela, correspondem a uma única construção que se prolonga para além do perímetro atual do templo, terminando em forma de abside. Esta configuração arquitetónica reforça a hipótese de se tratar de um edifício religioso ou de relevância institucional, possivelmente associado às primeiras fases de ocupação do local. A elevada probabilidade da existência de uma basílica paleocristã subjacente à estrutura medieval atesta uma memória da sacralidade do espaço ao longo de mais de um milénio, reforçando o carácter estratégico deste sítio enquanto um local de tradição cristã. Esta permanência do sagrado explica, em parte, a eleição deste sítio pela Ordem de Santiago para a implantação do seu complexo funerário, não apenas como expressão de poder institucional, mas como apropriação simbólica de um espaço já carregado de significado religioso.

Desconhecem-se até ao momento trabalhos arqueológicos de escavação de contextos de Panteão de Ordens Militares em Portugal sendo, portanto, difícil a interpretação de alguns dados sem a ajuda de paralelismos. Concluída a escavação, só um estudo laboratorial mais aprofundado permitirá obter mais informações relevantes para a compreensão não apenas da história da Alcácer, mas também do início da história de Portugal, da Ordem Militar de Santiago e dos cavaleiros medievais.

Para concluir, a intervenção arqueológica na Capela do Tesouro permitiu reescrever a sua história, demonstrando o poder transformador da Arqueologia enquanto disciplina científica. Através de um estudo minucioso e das novas descobertas, foi possível desvendar segredos há muito escondidos, oferecendo uma nova perspetiva sobre este monumento. Este processo revela a profunda conexão entre a Arqueologia e a História, mostrando como ambas se complementam para reconstruir o passado de forma mais precisa e abrangente. A Capela do Tesouro é, assim, um exemplo claro de como a Arqueologia pode revelar o passado e enriquecer o nosso presente.

5 - Bibliografia

Afonso, C. F. (2018). Gosuini de Expugnatione Salaciae Carmen: Análise de uma fonte através de um quadro teórico da estratégia. *Revista de Ciências Militares*, 6(1), 17–39.

Afonso, C. F. (2019). A hoste de D. Afonso Henriques. *E-Strategica: Revista de la AIHM (siglos IV–XVI)*, 3, 7–28.

Afonso, C. F. (2021). Um castelo que é, de todos, o mais ameaçador: A conquista de Alcácer (1217). In *Fechos de armas: 15 hitos bélicos del medievo ibérico (siglos XI–XVI)* (pp. 73–86). Ediciones de La Ergástula.

Afonso, C. F. (2023). *A guerra cristã na formação de Portugal: 1128–1249* (2^a ed.). Edições Colibri – Comissão Portuguesa de História Militar.

Aguiar, M. (2015). *Fazer cavaleiros: As cerimónias de investidura cavaleiresca no Portugal medieval (séculos XII–XV)*. *Cuadernos de Estudios Gallegos*, 62(128), 13–46.

Aguiar, M. (2018). A ‘honra’ de cavalaria e a aristocracia medieval portuguesa. *Anuario de Estudios Medievales*, 48(2), 561–586.

Alarcão, M., Lopes, M. C. & Alfenim, R. A. E (1995). A caixa relicário do Monte da Cegonha (Selmes–Vidigueira): arqueologia e laboratório. In *IV Reunião de Arqueologia Cristã Hispânica* (pp. 401–405). Institut d’Estudis Catalans.

Almagro Vidal, C. (2024). Armamento en las órdenes militares hispánicas: noticias de la Orden de Santiago (siglos XII–XV). In *Hacia una arqueología del combate medieval, ss. XII–XV: puntos de partida* (pp. 39–50). UNED-Universidad Nacional de Educación a Distancia.

Almeida, C. A. F. de. (2001). *História da arte em Portugal – O românico* (pp. 77–78). Editorial Presença.

Álvarez-Busto, G., & Fernández Calderón, N. (2014). El caballero de las espuelas doradas: Análisis arqueológico de un enterramiento nobiliario medieval del monasterio de Corias. *Gladius*, 34, 135–152.

Amaral, D. F. do. (2015). *D. Afonso III o Bolonhês: Um grande homem de Estado*. Bertrand Editora.

Ariès, P. (1989). *Sobre a história da morte no Ocidente desde a Idade Média*. Teorema.

Ayala Martínez, C. de. (2007). *Las órdenes militares hispánicas en la Edad Media (siglos XII–XV)*. Marcial Pons.

Ayala Martínez, C. de. (2014). *Las órdenes militares en la Edad Media: La Orden de Santiago. Cuadernos de Estepa*, 3, 1–21.

Azevedo, A. I. V. V. de. (2012). *As representações das conquistas cristãs: Lisboa (1147) e Silves (1189)* (Dissertação de mestrado, Universidade do Algarve).

Balona, R., Carvalho, L. M. de, & Wasterlain, S. N. (2023). “Ante o cruzeiro jaz o mestre”: Resultados preliminares da escavação do panteão da Ordem de Santiago (séculos XIII–XVI). In *Arqueologia em Portugal: Estado da Questão* (pp. 1169–1180). Lisboa.

Baptista, J. C. (1896). *Salacia*. *O Arqueólogo Português*, 2(série I), 143–144.

Barker, P. (1982). *Techniques of archaeological excavation* (New ed.). B.T. Batsford.

Barroca, M. J. (2000). *Epigrafia medieval portuguesa (862–1422)* (Vol. 2, Tomo 2, pp. 1565–1568). Fundação Calouste Gulbenkian; Fundação para a Ciência e Tecnologia/Ministério da Ciência e Tecnologia.

Barroca, M. J., Monteiro, J. G., & Fernandes, I. C. F. (2000). *Pera guerrejar. Armamento medieval no espaço português: Catálogo da exposição* (pp. 179–198). Câmara Municipal de Palmela.

Barroca, M. J. (2003). Armamento medieval. In J. Mattoso (Coord.), *Nova história militar de Portugal* (Vol. 1, pp. 122–147). Círculo de Leitores.

Barroca, M. J. (2003). História das campanhas. In J. Mattoso (Coord.), *Nova história militar de Portugal* (Vol. 1, pp. 22–68). Círculo de Leitores.

Boas, A. J. (1999). *Crusader archaeology: The material culture of the Latin East*. Routledge.

Boas, A. J. (2006). *Archaeology of the military orders: A survey of the urban centres, rural settlements and castles of the military orders in the Latin East (c. 1120–1291)*. Routledge.

Boavida, C. (2021). Necrópoles medievais e modernas em Castelo Branco (Portugal): O caso do adro da Igreja de Santa Maria do Castelo. *Eburobriga*, 10, 139–144.

Booth, P., & Tingle, E. (Eds.). (2021). *A companion to death, burial, and remembrance in late medieval and early modern Europe c.1300–1700* (Vol. 94). Brill. (Brill's Companions to the Christian Tradition).

Cabrer, M. A. (Ed.). (2021). *De fusta e de fierro: Armamento medieval cristiano en la Península Ibérica (siglos XI–XVI)*. La Ergástula.

Castro, A. M. S. de. (1876). Acta da sessão de 28 de maio de 1876. *O Instituto*, 23(1–6), 191–195.

Conedera, S. Z. (2015). *Ecclesiastical knights: The military orders in Castile, 1150–1330*. Fordham University Press.

Correia, V. (1924). *Monumentos e esculturas (século III–XVI)* (2ª ed.). Lisboa.

Correia, V. (1928). Escavações realizadas na necrópole pré-romana de Alcácer do Sal em 1926 e 1927. *O Instituto*, 75, 190–201.

Cruz, C. B. S. da. (2011). *Viver a morte em Portugal: O potencial informativo dos relatórios antropológicos de campo (1994–2007)* (Tese de doutoramento, Universidade de Coimbra, Portugal).

Cunha, M. de S. (2012). "(...) visitando nós ora pessoalmente o dito meestrado de Samtiago (...)" – *As igrejas da Ordem Militar de Santiago: Arquitectura e materiais* (Tese de doutoramento, vol. 1), Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Departamento de Ciências e Técnicas do Património, Portugal.

Cunha, M. de S. (2021). *As origens da Ordem de Santiago: 1170-1327*. Edições Colibri.

Dias, P. (1994). *A arquitetura gótica portuguesa*. Editorial Estampa.

Faria, J. C. (2002). *Alcácer do Sal ao tempo dos romanos*. Câmara Municipal de Alcácer do Sal; Edições Colibri.

Fernandes, I. C. F. (2004). *O castelo de Palmela do Islâmico ao Cristão*. Edições Colibri - Câmara Municipal de Palmela.

Fernandes, Isabel C. F. (2009), Conventos da Ordem de Santiago em Palmela. In Isabel C. F. (coord.), *As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria entre o Ocidente e o Oriente. Actas do V Encontro sobre Ordens Militares*. Câmara Municipal de Palmela, Palmela, pp. 583-634.

Fernandes, I. C. F. (2015). Do *ribāt* à comenda: marcas ideológicas e doutrinárias na organização territorial e dos espaços fortificados. In C. de Ayala Martínez e I. C. F. Fernandes (Coord.). Lisboa, Edições Colibri / Universidad Autónoma de Madrid, pp. 75-92.

Fernandes, I. C. F. (2020). *De Qasr Abi Danis a Qasr Al-Fath – Alcácer medieval islâmica entre o comércio e a guerra*. In *Catálogo Museu Municipal Pedro Nunes* (pp. 61–79). Câmara Municipal de Alcácer do Sal.

Fernandes, I. C., & Oliveira, L. F. (2005). As ordens militares no reino de Portugal. In C. de Ayala Martínez & M. Novoa Portela (Coords.), *As ordens militares na Europa medieval* (pp. 137–166). Chaves Ferreira Publicações.

Ferreira, M. I. R. (2004). *A normativa das ordens militares portuguesas (séculos XII-XVI): Poderes, sociedade, espiritualidade* (Tese de doutoramento, vol. 1). Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Ferreira, N. A., Cardoso, G., & Santos, F. (2013). A necrópole medieval/moderna de Arruda dos Vinhos. In *Arqueologia em Portugal 150 anos*. Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 1111-1117.

Gameiro, O. A. (2007). Sociologia e geografia do culto medieval dos Santos Mártires de Lisboa. In L. Krus, L. F. Oliveira, & J. L. Fontes (Coords.), *Lisboa medieval – Os rostos da cidade* (pp. 371–387). Livros Horizonte.

Juan García, A. de J, Caballero Klink, A., & Fernández Rodríguez, M. (1996). Alarcos: diez años de investigación arqueológica. In *Alarcos, 1195: Actas del Congreso Internacional Conmemorativo del VII Centenario de la Batalla de Alarcos* (pp. 223–248). Ediciones de la Universidad de Castilla-La Mancha.

García Fitz, F. (2008). Enrique Rodríguez-Picavea: Los monjes guerreros en los reinos hispánicos: Las órdenes militares en la Península Ibérica durante la Edad Media. *Medievalismo*, (18), 433–439, Revista de la Sociedad Española de Estudios Medievales.

Gilchrist, R. (2008). Magic for the dead? The archaeology of magic in later medieval burials. *Medieval Archaeology*, 52, 119–159.

Gomes, A. (2007). *Moedas portuguesas e do território que hoje é Portugal* (5ª ed.). Associação Numismática de Portugal.

Gonçalves, Ana (2000). 27 – Par de esporas de espeto; 28 – Par de esporas de espeto e placa decorada. In Barroca, M. J., Monteiro, J. G., & Fernandes, I. C. F. *Pera Guerrejar. Armamento medieval no espaço português: Catálogo da exposição* (pp. 287–289). Câmara Municipal de Palmela.

Gouveia, M. de, & Sousa, M. J. de. (2017). Moedas da primeira dinastia provenientes do Castelo dos Mouros (Sintra): Notícia preliminar das escavações arqueológicas de 2009-2011. *Museu Casa da Moeda*, (0), 75–79.

Gutiérrez Cuenca, E. (2015). *Génesis y evolución del cementerio medieval en Cantabria* (Tesis doctoral). Universidad de Cantabria.

Gutiérrez Cuenca, E. (2017). Reivindicación de estatus y costumbres foráneas en el registro funerario medieval castellano: A propósito de dos casos de Cantabria. *Studia Historica. Historia Medieval*, 35(1), 73–103.

Harris, E. C. (1989). *Principles of archaeological stratigraphy* (2nd ed.). Academic Press.

Henriques, P. N. M. de. (2011). *Os portugueses e as cruzadas: Séculos XII-XIV* (Tese de mestrado, Universidade do Porto).

Jakubcinová, A. M. (2021). The unique find of a gilded spur from Lipovník (Topoľčany district). *Slovenská Archeológia*, 69(4), 471–477.

Leitão, M. I. C. (2015). *A presença islâmica em al-Qasr – Uma análise sobre o urbanismo e o sistema defensivo*. (Dissertação de mestrado, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas).

Martins, M. G. (2007). “*Para bellum*”. *Organização e prática da guerra em Portugal durante a Idade Média (1245-1367)* (Tese de doutoramento, Faculdade de Artes da Universidade de Coimbra).

Martins, M. G. (2013). Armas e cavalos: os arsenais e as coudelarias das Ordens Militares em Portugal na Idade Média. In I. C. Fernandes (Coord. Cient.), *Castelos das Ordens Militares. Atas do Encontro Internacional* (pp. 409–426). Direção-Geral do Património Cultural.

Mattoso, J. (1995). O imaginário do além-túmulo nos exemplos peninsulares da Idade Média. In *Medioevo y literatura: Actas del V Congreso de la Asociación Hispánica de Literatura Medieval* (Vol. 1, pp. 131–146). Universidad de Granada.

Mattoso, J. (1996). *O reino dos mortos na Idade Média peninsular*, Lisboa, Edições João Sá da Costa.

Mattoso, J. (1997). Pressupostos mentais do culto dos mortos. *Arqueologia Medieval*, (5), 5–11. Edições Afrontamento.

Mattoso, J. (2021). *D. Afonso Henriques*. Temas e Debates.

Moolenbroek, J. V. (2024). Oliver of Paderborn and the Frisians at the siege of Damietta, 1218–1219. *Crusades*, 23(2), 186–206.

Neto, C. (2019). [Resenha do livro *La Reconquista. Ideología y justificación de la Guerra Santa Peninsular*, de C. de Ayala Martínez, I. C. F. Fernandes & S. Palacios Ontalva (Coords.)]. *Medievalista*, (30), 317–332.

Nicolle, D. (1999). *Arms and armour of the Crusading era: 1050–1350. Western Europe and the Crusader States*. Greenhill Books.

Oliveira, L. F. (2009). O mosteiro de Santos, as freiras de Santiago e o culto dos Mártires. In M. Themudo Barata & L. Krus (Dirs.), *Olhares sobre a história: Estudos oferecidos a Iria Gonçalves* (pp. 429–436). Lisboa.

Oliveira, L. F. (2014). A Ordem de Santiago em Portugal: A conquista das terras do sul (sécs. XII–XIII). *Cuadernos de Estepa*, (3), 89–102.

Oliveira, L. F. (2020). De Leão a Portugal: A Ordem Militar de Santiago. *Ad Limina: Revista de Investigación del Camino de Santiago y las Peregrinaciones*, 11, 129–152.

Oliveira, M. M. (2007). *In memoriam, na cidade* (Tese de doutoramento em Arquitetura, Universidade do Minho).

Paixão, A. C. (2001). Alcácer do Sal proto-histórica no contexto mediterrâneo. In *Os Púnicos no Extremo Ocidente* (pp. 149–172). Universidade Aberta.

Pereira, M. T. L. (1996). Memória cruzadística do feito da tomada de Alcácer (1217). In *II Congresso Histórico de Guimarães: Actas do Congresso* (Vol. 2, pp. 319–358). Câmara Municipal de Guimarães.

Pereira, M. T. L. (2007). *Alcácer do Sal na Idade Média* (2ª ed.). Edições Colibri e Município de Alcácer do Sal.

Pereira, M. T. L. (2009). O culto de Nossa Senhora dos Mártires em Alcácer do Sal, a Senhora da Cinta e as Cantigas de Santa Maria. *Medievalista*, (6).

Pereira, M. T. L. (2009a). O santuário de Santa Maria dos Mártires de Alcácer do Sal (séculos XIII a XVI). In I. C. Fernandes (Coord.), *Atas do V Encontro sobre Ordens Militares* (pp. 635–676). Câmara Municipal de Palmela / GEsOS.

Pereira, M. T. L. (2020). *Os cavaleiros de Santiago em Alcácer do Sal (século XII a fins do século XV)* (2ª ed.). Edições Colibri.

Pereira, P. A., Sianto, L., Chaves, S. A. de M., Santos, I. T., Gonçalves, D., Santos, A. L., Toso, A., Calleja, Á. M., Coutinho, A. P., Araújo, A. C., & Godinho, R. M. (2007). A necrópole do Largo da Igreja (Sarilhos Grandes): Evidências bioarqueológicas de contato entre Portugal e o Novo Mundo. In *Sines o Porto do Mar: Actas do Colóquio* (pp. 123–141). Arquivo Municipal de Sines.

Picoito, P. (2010). As Ordens Militares e o culto dos mártires em Portugal. In I. C. Fernandes (Coord.), *Ordens militares e religiosidade: Homenagem ao professor José Mattoso* (pp. 73–90). Câmara Municipal de Palmela.

Pires, N. F. P. (2022). S. Vicente de Fora – Meio século de actividade arqueológica. *Arqueologia e História*, 71–72, 235–248.

Pizarro, J. A. de S. M. (2022). *D. Dinis*. Temas e Debates.

Rafael, L., Palma, M. D. F., Fortuna, R., & Rodrigues, C. (2015). Os elementos de adorno na necrópole medieval e moderna da Alcáçova do Castelo de Mértola. In *Actas do II Congresso Internacional sobre Arqueologia de Transição (2013)* (pp. 258–271).

Real, M. L. (1995). O convento românico de S. Vicente de Fora. *Monumentos*, (3), 14–23. IPPAR.

Retuerce Velasco, M. & Hervás Herrera, M. A. (2019). La necrópolis medieval de la Iglesia de Santa Maria del Castillo (Calatañazor, Soria) – Una primera aproximación arqueológica. *Onoba Revista de Arqueología y Antigüedad*, (7), 93–112.

Rodrigues, D. M. (2021). *Esporas medievais no território português* (Dissertação de mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto).

Rodrigues Ferreira, F. E. (1983). Escavações do ossário de São Vicente de Fora e o seu relacionamento com a história de Lisboa. *Revista Municipal*, 2ª série, 4, 4–28.

Rodríguez García, J. M. (2024). *Hacia una arqueología del combate medieval, ss. XII–XV. Puntos de partida*. Editorial UNED.

Santos, A. L., & Umbelino, C. (2007). Os militares da Reconquista Cristã: dados antropológicos sobre o passado medieval e muçulmano de Évora. *Cenáculo – O Boletim do Museu de Évora*, (2).

Shotten-Hallel, V., & Weetch, R. (2021). *Crusading and archaeology: Some archaeological approaches to the Crusades*. Routledge.

Silva, J. C. V. da. (1995). A Capela dos Mestres em Alcácer do Sal. In *Estudos de Arte e História: Homenagem a Artur Nobre de Gusmão* (pp. 234–238). Lisboa.

Silva, J. P. da. (1875). Uma necrópolis romana em Portugal. *Boletim de Architectura e de Arqueologia da Real Sociedade dos Architectos e Arqueólogos Portugueses*, 1(2), 91–92.

Español Solana, D. (2024). *Armamento y caballería en la Plena Edad Media hispana (siglos XI–XIII)*. Ediciones de la Ergástula SL.

Sousa, A. S. de. (2022). O cavalo na Idade Média. *Medievalista*, 32, 171–216.

Stylow, A. U., & Schlimbach, F. (2024). El epitafio de Hieronimus (Añora, Córdoba), un singular titulus figuratus de época visigoda. *Boletín de la Real Academia de Córdoba de Ciencias, Bellas Letras y Nobles Artes*, 103, 373–399.

Torres, C. (Dir.). (1993). *Basílica Paleocristã. Museu de Mértola. Campo Arqueológico de Mértola*.

Travaini, L. (2004). Saints and sinners: Coins in medieval Italian graves. *The Numismatic Chronicle*, 164.

Urduzia, C. (2014). The medieval spurs discovered at Miercurea Băi–Cunța (MS1) during the researches carried out on the highway Orăștie-Sibiu. *Bruckenthal. Acta Musei*, 207–209.

Varandas, J. (2019). O assédio a Alcácer: Alguns problemas de História Militar. In I. C. Fernandes e M. J. V. Branco (Coord.), *Da Conquista de Lisboa à Conquista de Alcácer, 1147-1217. Definição e dinâmicas de um território de fronteira*. (pp. 365–390). Edições Colibri, Lisboa.

Viana, M. (2005). Os cavaleiros de Santarém nos séculos XII e XIII. *Separata de Arquipélago - História*, 2ª série, IX–X, 577–598.

Viegas, J. R. (1977). Inscrição funerária de Alcácer do Sal. *Conímbriga*, XVI, 89–91.

Vilar, H. V. (1990). *A vivência da morte no Portugal medieval: A Estremadura Portuguesa (1300 a 1500)* (Dissertação de Mestrado, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa).

Wolfram, M. (2011). *Uma síntese sobre a cristianização do mundo rural no sul da Lusitania* (Tese de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa).

Wolfram, M., & Soares, A. M. (2014). Baptismo e baptistérios durante a Antiguidade Tardia no Império Romano Ocidental: O exemplo de Vila Verde de Ficalho (Beja, Portugal). In *O Sudoeste Peninsular entre Roma e o Islão* (pp. 55-69).

Zapata Alarcón, J. (1996). El culto a los mártires: Visión y símbolo del medievo a la Contrarreforma. La construcción del relicario del Sacro Convento de Calatrava la Nueva. In *Alarcos, 1195: Actas del Congreso Internacional Conmemorativo del VII Centenario de la Batalla de Alarcos* (pp. 613–624). Ediciones de la Universidad de Castilla-La Mancha.

Documentos consultados

- Arquivo da Arqueologia Portuguesa: Processo S – 32916 e 2009/1 (094), relativo aos trabalhos arqueológicos da Escola Secundária de Alcácer do Sal, consultado em abril de 2025.
- Arquivo da Arqueologia Portuguesa: Processo S – 01453, relativo aos trabalhos arqueológicos em São Vicente de Fora (Lisboa), consultado em novembro de 2024.
- Arquivo da Arqueologia Portuguesa: 78- Processo 2002/1 (600) 16 de setembro 2002; 2002, 2003, 2004 – Relatório Geral nº 163/IPA 22 de outubro 2003, relativo aos trabalhos arqueológicos no Santuário do Sr. Dos Mártires de Alcácer do Sal, consultado em novembro de 2024.
- Carvalho, A. R. (2008), Relatório Final: Lote 1 e 2 do Bairro Dr. Francisco Gentil – Necrópole Romana da Azinhaga do Sr. Dos Mártires de Alcácer do Sal (3 volumes), Câmara de Alcácer do Sal.
- Carvalho, L. M. de. (no prelo), Relatório Antropológico da Intervenção na Capela do Tesouro, Câmara Municipal de Alcácer do Sal.

Anexos



Imagem 1 - Pormenor Carta Militar Portuguesa: 1:25000, Folha 476, 2006.
Localização do Santuário do Senhor dos Mártires



Imagem 2 - Localização do Santuário do Senhor dos Mártires em relação ao Castelo
(GoogleEarth)



Imagem 5 - Capela do Tesouro. Foto orientada este-oeste (autoria: Rita Balona)



Imagem 6 - Interior da Capela do Tesouro antes dos trabalhos arqueológicos (autoria: Rita Balona)



Imagem 7 - Abatimento do chão da Capela do Tesouro (autoria: Rita Balona)



Imagem 8 - Abatimento do chão da Capela do Tesouro (autoria: Rita Balona)



Imagem 9 - Escavação do exterior da Capela do Tesouro, Pormenor das raízes (autoria: Rita Balona)



Imagem 10 - Estruturas encontradas no exterior da Capela do Tesouro (autoria: Rita Balona)



Imagem 11 - Pormenor das raízes no interior da Capela do Tesouro (autoria: Rita Balona)



Imagem 12 - Trabalhos antropológicos na Capela do Tesouro (autoria: Rita Balona)



Imagem 13 - Pormenor de um enterramento em caixão na Capela do Tesouro (autoria: Rita Balona)



Imagem 14 - Pormenor de um botão em osso encontrado nas escavações (autoria: Rita Balona)



Imagem 15 - Pormenor de moeda *in situ* (autoria: Rita Balona)



Imagem 16 - Pormenor de um crucifixo encontrado nas escavações (autoria: Rita Balona)



Imagem 17 - Pormenor do estrato geológico no interior da Capela do Tesouro (área A)
(autoria: Rita Balona)



Imagem 18 - Pormenor dos trabalhos arqueológicos no interior da Capela do Tesouro (área A e área B separados pelo arco) (autoria: Rita Balona)



Imagem 19 - Pormenor de objeto de adorno encontrado nas escavações (autoria: Rita Balona)



Imagem 20 - Pormenor de um enterramento da Capela do Tesouro (autoria: Rita Balona)



Imagem 21 - Pormenor de cerâmica recolhida nas escavações (autoria: Rita Balona)



Imagem 22 - Pormenor de numisma recolhido nas escavações (autoria: Rita Balona)



Imagem 23 - Amostras de madeira recolhidas nas escavações (autoria: Rita Balona)



Imagem 24 - Estruturas encontradas no exterior do Santuário, na área D (autoria: Rita Balona)



Imagem 25 - Abertura de vala para dreno no exterior do Santuário (autoria: Rita Balona)



Imagem 26 - Contrafortes encontrados junto á abside do edifício (autoria: Rita Balona)



Imagem 27 - Vista aérea do Santuário após trabalhos arqueológicos no exterior (autoria: Flávio Biscaia)



Imagem 28 - Moeda encontrada sobre úmero esquerdo do Enterramento 2 (autoria: Rita Balona)



Imagem 29 - Moeda encontrada no tórax do Enterramento 2 (autoria: Rita Balona)



Imagem 30 - Moeda encontrada no íliaco esquerdo do Enterramento 2 (autoria: Rita Balona)



Imagem 31 - Moeda encontrada no íliaco direito do Enterramento 2 (autoria: Rita Balona)



Imagem 32 - Moeda encontrada junto ao joelho direito do Enterramento 2 (autoria: Rita Balona)



Imagem 33 - Patologia no fêmur esquerdo do Enterramento 2 (autoria: Rita Balona)

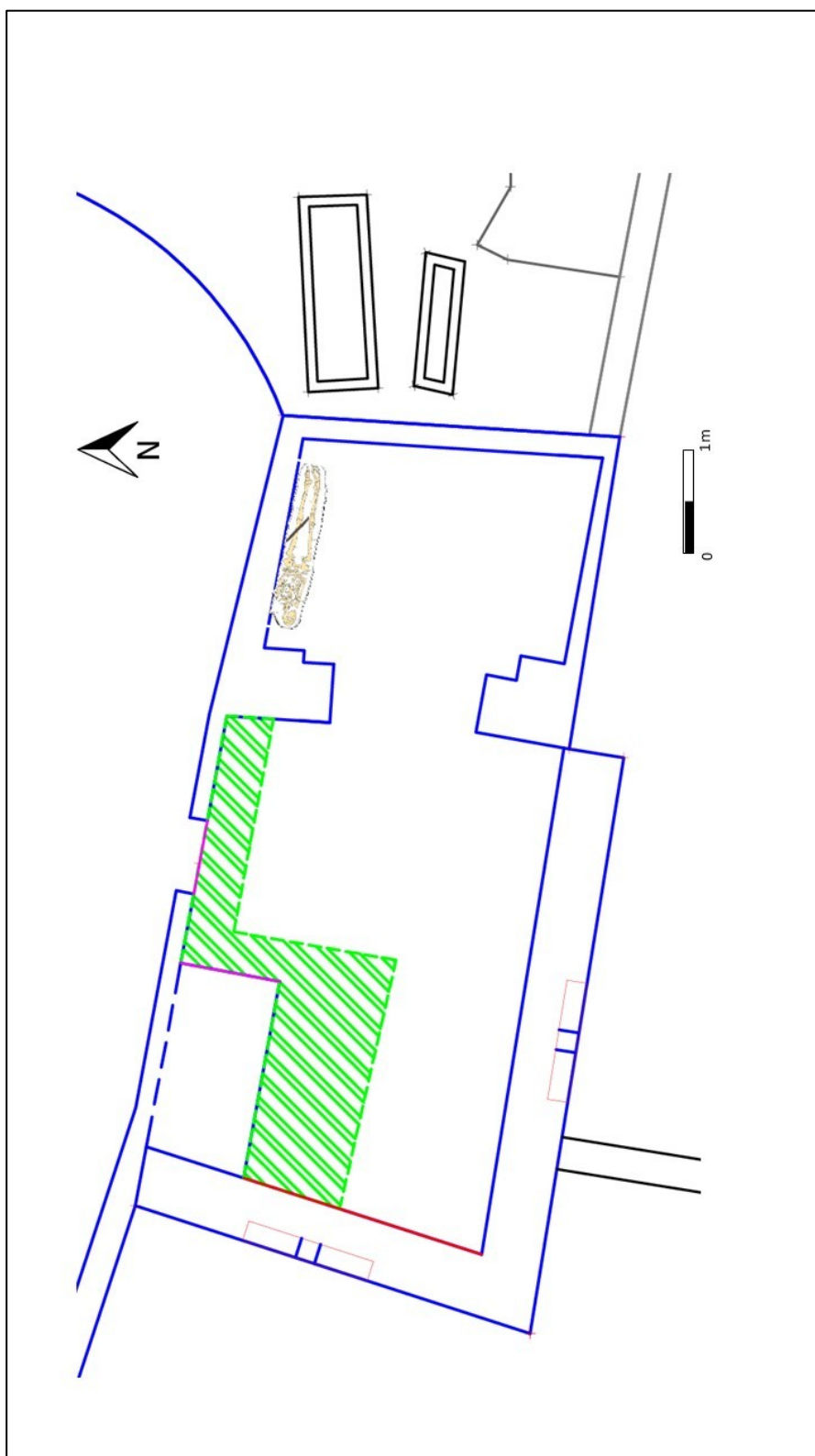


Imagem 34 - Localização do Enterramento 2 (autoria: Rita Balona e João Cardoso)



Imagem 35 - Enterramento 19 (autoria: Nix.atelier.da.fotografia)

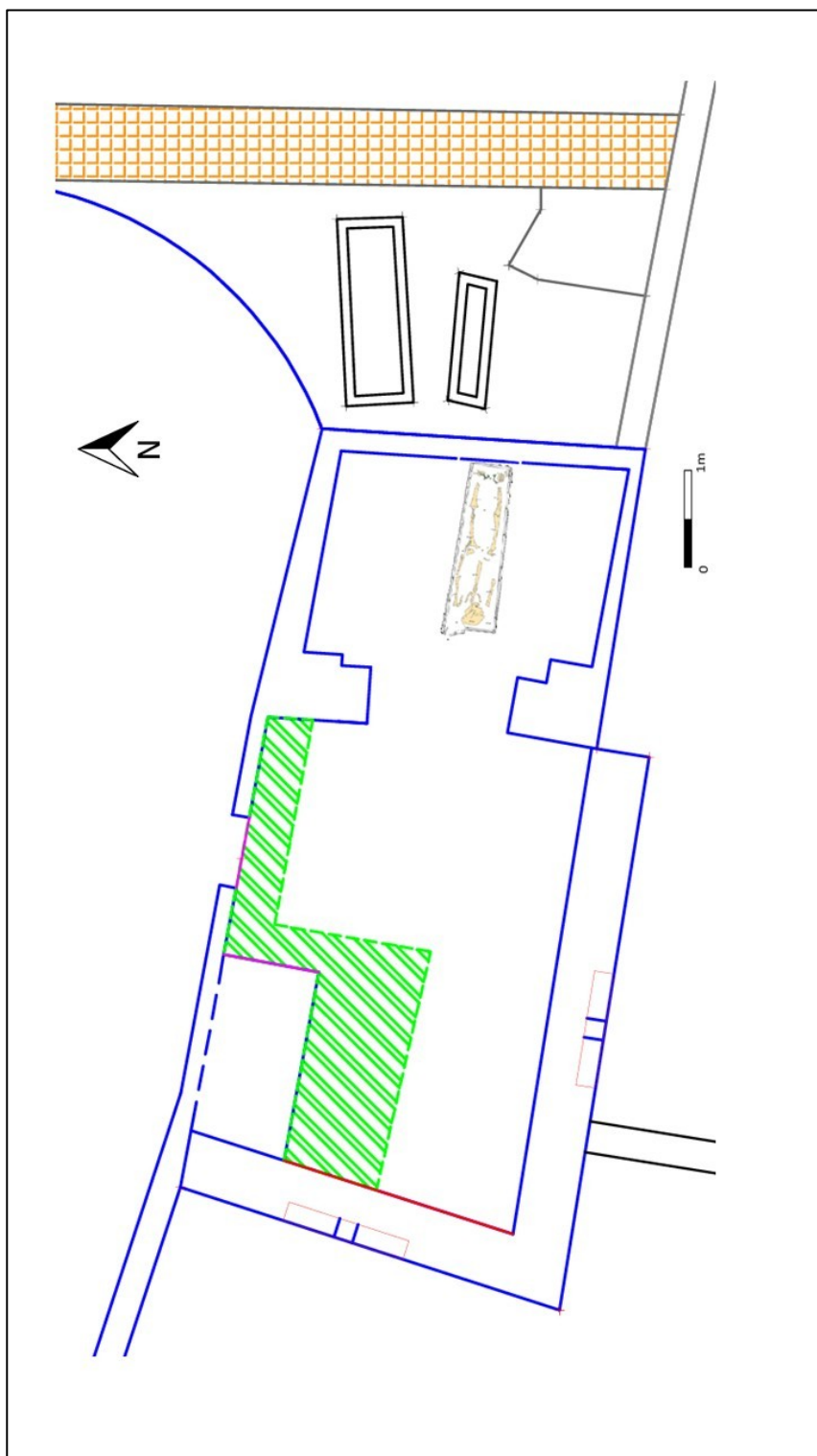


Imagem 36 - Localização do Enterramento 19 (autoria: Rita Balona e João Cardoso)



Imagem 37 - Esporas *in situ* do Enterramento 19 (autoria: Rita Balona)



Imagem 38- Pormenor das esporas do Enterramento 19 (autoria: Rita Balona)



Imagem 39 - Espora direita do Enterramento 19 (autoria: Rita Balona)



Imagem 40 - Espora esquerda do Enterramento 19 (autoria: Rita Balona)



Imagem 41 - Pormenor do dourado das esporas (autoria: Rita Balona)



Imagem 42 - Pormenor da fivela das esporas (autoria: Rita Balona)



Imagem 43 - Pormenor dos apliques zoomórficos das esporas (autoria: Rita Balona)



Imagem 44 - Pormenor dos apliques zoomórficos das esporas (autoria: Rita Balona)



Imagem 45 - Pormenores zoomórficos das fivelas das esporas (autoria: Rita Balona)



Imagem 46 - Pormenor da decoração das esporas (autoria: Rita Balona)



Imagem 47 - Pormenor da decoração das esporas (autoria: Rita Balona)

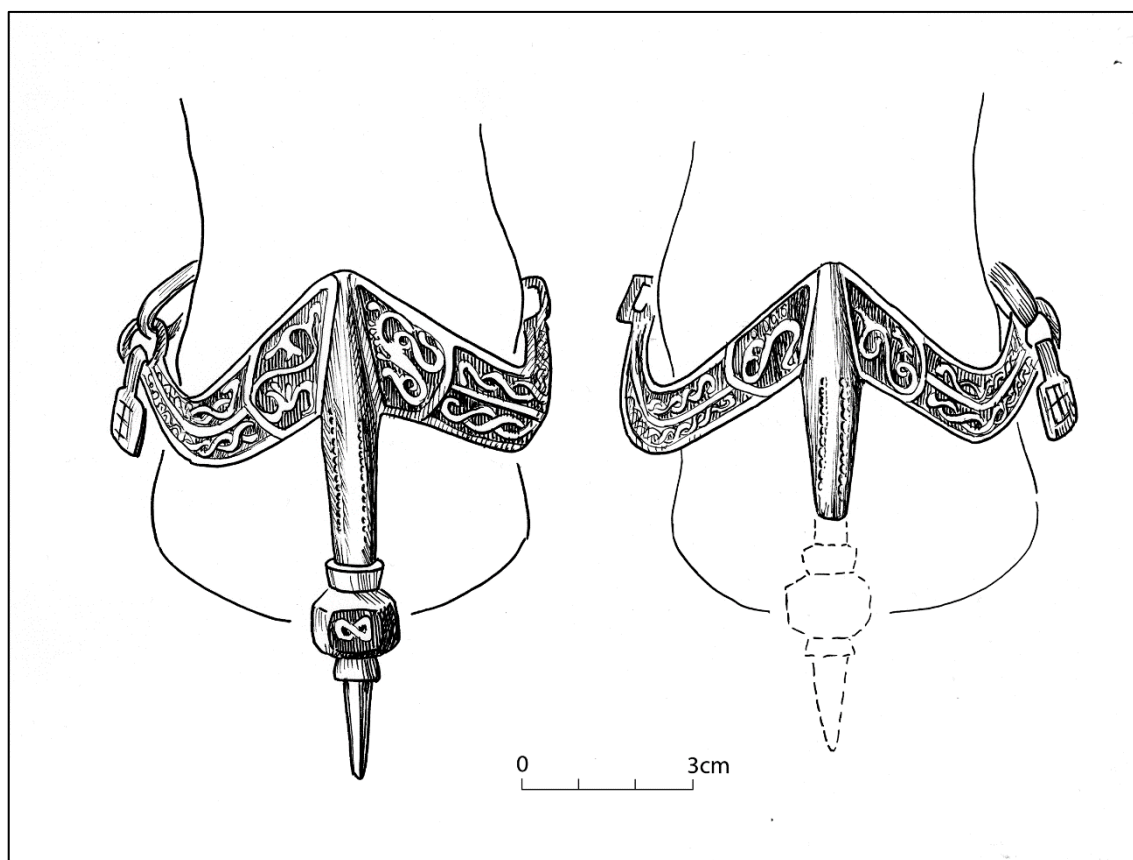


Imagem 48 - Desenho das esporas (autoria: Guida Casella)



Imagem 49 - Estrutura identificada sob as fundações da Capela do Tesouro (autoria: Rita Balona)



Imagem 50 - Estrutura identificada sob as fundações da Capela do Tesouro (autoria: Rita Balona)



Imagem 51 - Estrutura identificada sob as fundações da Capela do Tesouro (autoria: Rita Balona)



Imagem 52 - Estrutura identificada sob as fundações da Capela do Tesouro (autoria: Rita Balona)